

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

GONÇALVES, José Botafogo. *José Botafogo Gonçalves (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 39 p.

JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES
(depoimento, 2008)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Matias Spektor; Raphael Coutinho da Cunha; Rogério de Souza Farias

levantamento de dados: Matias Spektor

pesquisa e elaboração do roteiro: Matias Spektor

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 22/01/2008

duração: 2h 59min

Fitas Minidv: 3

Arquivos Digitais: 3

páginas: 39

Entrevista realizada no contexto do projeto "Luiz Felipe Lampreia", desenvolvido com financiamento da Souza Cruz, através da Lei Rouanet de incentivo fiscal do Ministério da Cultura, entre julho de 2008 e junho de 2009. O projeto visa à constituição de um banco de entrevistas audiovisuais com o ministro Luiz Felipe Lampreia e pessoas indicadas por ele, além de completar o tratamento técnico do seu arquivo pessoal, doado ao CPDOC.

Sumário

Entrevista: 22.01.2008

Arquivo em áudio 1: Observações sobre o período em que foi cônsul geral em Milão (1991-1995); o desejo de mudar para uma atividade diplomática tradicional e o aconselhamento de Luiz Felipe Lampreia; o convite, feito por Lampreia, para trabalhar na Subsecretaria Geral, em 1995; considerações a respeito da relação Brasil-Argentina; a opção por trabalhar no Ministério da Agricultura, durante o governo Figueiredo, e o descontentamento do Itamaraty com esta escolha; menção ao cargo ocupado no Banco Mundial entre os anos de 1985 e 1988 e os motivos de sua saída; a volta para o Brasil em 1995 para assumir a Subsecretaria Geral; comentários sobre a autonomia concedida por Luiz Felipe Lampreia e as únicas prioridades exigidas por este; o pedido de um apoio maior à OMC (Organização Mundial do Comércio) e o direcionamento das atenções para a ALCA; os primeiros encontros organizados para discutir um acordo de livre comércio nas Américas, durante meados da década de 90; considerações a respeito da falta de entusiasmo de grande parte do Itamaraty com relação a ideia da ALCA; a noção de “equilíbrio nas negociações”, que vigorou quando esteve na Subsecretaria e as discussões efetuadas com os negociadores norte-americanos; referência à posição argentina nessas negociações; comentários acerca das atitudes pró-Mercosul do Brasil e da Argentina durante os governos Fernando Henrique e Carlos Menem, respectivamente; opinião com relação ao Mercosul, neste período: a dificuldade de se pensar em uma supranacionalidade; a problemática da relação bilateral Brasil-Argentina e o crescimento da importância do primeiro país, em detrimento do segundo; observações acerca da suposta opinião de Fernando Henrique Cardoso sobre o Mercosul e a integração destes países; as discussões realizadas, pelo ex-presidente, com os principais ministérios, a fim de receber uma orientação acerca do Mercosul; menção à discordância de José Serra no que diz respeito a este bloco; a unanimidade, do Itamaraty, com relação a uma posição favorável ao Mercosul e a ausência de uma atitude de acordo com esta postura; as primeiras reuniões realizadas, no fim dos anos 90, para debater a convergência macro-econômica; as divergências entre as opiniões do Itamaraty e do Ministério da Fazenda; os estudos efetuados por Pedro Malan com o objetivo de mostrar as dificuldades de uma convergência; considerações acerca do seu comprometimento nos projetos ligados à ALCA e ao Mercosul; breve comentário sobre o trabalho de Graça Lima, direcionado para cuidar das questões relativas à OMC.....p. 1-13

Arquivo em áudio 2: A ampliação das discussões em torno da ALCA a outros setores da sociedade, como o movimento sindical; comentários acerca da posição dos sindicatos a respeito da ideia da ALCA; as reuniões realizadas e presididas por Luiz Felipe Lampreia, com o empresariado brasileiro, para debater sobre este acordo; referência à criação da Senalca (Seção Nacional dos Assuntos Relativos à ALCA) e da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) pelo CNI (Conselho Nacional da Indústria); observações acerca da atuação da CEB; o início das negociações com a União Européia, em 1995, quando estava na Subsecretaria sob a gestão Lampreia; considerações sobre as diferenças em negociar com os Estados Unidos e com a Europa; a relação de amizade com Francisco Dornelles, desenvolvida na década de 70; a sugestão deste para que o entrevistado o substituisse no cargo de Ministro de Indústria e

Comércio e Turismo, em 1998; a filiação ao PPB (Partido Progressista Brasileiro); avaliação da atuação do Ministério, antes de seu ingresso; breve explicação acerca do fracasso de Celso Lafer a frente do Ministério de Desenvolvimento; referência ao desentendimento entre Clóvis Carvalho e Pedro Malan; os embates freqüentes entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com o Ministro da Fazenda ou com o BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social); breve avaliação do período em que esteve a frente do Ministério e as relações com a Argentina, neste momento; os motivos de sua ida para a Camex (Câmara de Comércio Exterior); comentários acerca da ideia de criação desta Câmara; referência à amizade entre Fernando Henrique Cardoso e Sérgio Amaral; os problemas da área do comércio exterior no Brasil; explicação sobre o Programa Especial de Exportação (PPE), que ocupou as atividades do entrevistado na Camex; o favorecimento do comércio exportador pela política comercial do Itamaraty, contrariando os ideais do Ministério da Fazenda e do Banco Central; considerações a respeito do Convênio de Crédito Recíproco e o fim deste sistema, decretado pelo Banco Central; breve comentário acerca das funções que deve exercer tal Banco; os problemas na relação entre Brasil e Argentina, em fins dos anos 2000; a sugestão, de Luiz Felipe Lampreia, para que o entrevistado ocupasse o cargo de Embaixador Especial para o Mercosul, a fim de atenuar estas dificuldades.....p. 13-31

Arquivo em áudio 3: Relato de encontro com Hugo Chávez; a intenção deste de aderir a Venezuela ao Mercosul político; as objeções internas, na Venezuela, à ideia de inclusão ao Mercosul, durante o governo Rafael Caldera; a simpatia de Fernando Henrique Cardoso por Hugo Chávez e pela adesão da Venezuela, no início dos anos 2000; menção a posição Argentina com relação a esta ideia; breve avaliação das elites dirigentes da Venezuela e a questão da exportação do petróleo no país nos últimos 30 anos; opinião com relação a gestão Celso Lafer no Itamaraty, que substituiu a gestão Lampreia; as primeiras reuniões realizadas para debater acerca da ALCA e o processo de construção de uma unidade no Mercosul; comentários sobre o encontro realizado em 1997, em Belo Horizonte, para discutir sobre a ALCA; as frustrações e os problemas do cargo de Embaixador-extraordinário para assuntos do Mercosul; as dificuldades impostas por Domingo Cavallo – ex- Ministro da Economia da Argentina – ao Brasil e a passividade brasileira em lidar com esta questão; as discussões realizadas para discutir a cláusula das salvaguardas; explicações sobre o motivo da saída de Sebastião do Rego Barros do cargo de Embaixador do Brasil na Argentina; a boa recepção, pelo lado argentino, à sua nomeação a este cargo; impressões acerca do ex-presidente argentino De La Rúa; comentários sobre a crise sucessória estabelecida na Argentina após a queda deste último; a posse como embaixador no governo Eduardo Duhalde..... p.31-39

Entrevista: 22/01/2008

M. S. – Embaixador, a gente queria começar a reunião lhe perguntando como foi o convite feito ao senhor para ocupar a Subsecretaria Geral, em 1995.

J. G. – Eu era cônsul geral em Milão. Eu fui cônsul em Milão de 91 a 95. Evidentemente, escapa um pouco ao escopo dessa entrevista a razão pela qual eu fui parar em Milão, mas acho que convém dizer que não era, não foi, na ocasião, a minha escolha número um. Eu tinha outros projetos. E estava até bem articulado para outras funções diplomáticas, que eram mais do meu interesse e também de maior substância profissional. O consulado, embora no Brasil, na carreira diplomática, hoje, já há algum tempo, é parte da mesma carreira, não foi sempre assim; mas na prática, com algumas exceções, é visto como uma atividade de menor hierarquia. Eu mesmo sempre concordei com essas ideias, [risos] até o dia que, forçado pelas circunstâncias, eu fui parar no cônsul geral em Milão. Não dá para reclamar, inclusive, porque é uma cidade muito interessante, de grandes qualidades. O consulado geral também tem boas condições de trabalho. Mas o que eu quero dizer aqui é que era uma posição que... a gente pode considerar assim, de... Um desvio de luxo. Está ali naquela reserva, sem... Embora, pela minha prática de assuntos comerciais, econômicos e tal, eu dei muito recheio à atividade consular nesta área. E mesmo na área tradicional, para mim, foi uma experiência útil; porque a grande diferença entre o método de trabalho da atividade diplomática com a consular é que, na atividade diplomática, o seu interlocutor é uma instituição, seja governamental, seja privada, mas é a instituição. Agora as instituições não falam. Quem fala são as pessoas. Mas se eu dialogo com o governo italiano ou o governo argentino, eu dialogo *com* um italiano ou com um argentino, mas eu não estou dialogando com a pessoa, estou dialogando com o país através daquela pessoa. A atividade diplomática é assim. Já na atividade consular é ao contrário. O seu interlocutor é a pessoa. Então, quando você conversa com um brasileiro no exterior, você está conversando sobre os interesses que o brasileiro tem no exterior. O brasileiro que está em Milão, ele tem uma agenda. E é isso que eu cuido, o cônsul cuida. Se você conversa com um italiano é porque há uma empresa italiana, que tem interesses objetivos. Então, essa experiência é nova e muito criadora. Acho até que talvez seja um pouco preconceituosa a noção de que a atividade consular seja assim de segunda classe, em relação à atividade diplomática. Mas ainda é assim. Menos do que era no passado. Por uma razão também, fácil de perceber. É que, até essa época e até recentemente, o número de brasileiros que vive no exterior é muito pequeno. Claro, está crescendo. Hoje, já temos alguns milhões de brasileiros vivendo no exterior. Então, tenho a impressão que isso tudo vai também repercutir na importância da ação do cônsul no exterior. Mas eu fiz essa introdução porque, justamente depois de quatro anos, já em 95, no consulado geral em Milão, eu já estava achando que já estava na hora de mudar para uma atividade diplomática tradicional. O presidente Fernando Henrique... Ou o presidente anterior... Porque o presidente foi eleito em 95, não foi isso?

M. S. – Em 94. Assumiu em 95.

J. G. – 94, é. Ele, o anterior, enfim, não tinha nenhuma responsabilidade pessoal comigo; e eu estava justamente querendo indagar sobre as minhas possibilidades no próximo governo. E como o Luiz Felipe estava em Genebra, eu sou amigo dele de longa data, eu liguei, falei: “Felipe, vou aí, passar um dia com você e para te pedir uma orientação. O que é que você acha que pode ser, as oportunidades que se oferecem para

mim.” Mais pelo seu conhecimento. Eu não conhecia nada das oportunidades, das pretensões que ele tinha e dos entendimentos que ele já vinha mantendo com o Fernando Henrique. E aí ele falou: “Não. Então vem passar o fim de semana aqui, fica aqui em casa.”. Aí eu fui com a minha mulher, Suzana, e ficamos hospedados lá na casa. Aí, no meio da nossa conversa, foi que ele me disse que ele -estava mais ou menos combinado com o Fernando Henrique Cardoso - que ele seria o ministro das Relações Exterior. Muito provavelmente, o secretário geral seria o embaixador Sebastião do Rego Barro, e que ele então perguntava se eu toparia, em vez de ir para outro posto do exterior, ir para o Rio de Janeiro... para Brasília, e trabalhar nessa subsecretaria. E ele aí me fez uma observação sobre a natureza da subsecretaria. Que ele cogitou, durante algum tempo, em ter mais de uma subsecretaria. Porque essa subsecretaria era comercial, econômica, integração regional... Enfim, era uma supersubsecretaria, com uma agenda muito grande. E que isso, ele temia que era tarefa excessiva para uma pessoa só. Mas depois de pensar muito etc., ele chegou à conclusão de que era melhor não dividir. E a subsecretaria seria então única, cobrindo todos os [inaudível]. E aí o secretário faria a distribuição de atividades e função e seu emprego do tempo da maneira que melhor lhe aprouvesse. E me pediu, se eu aceitasse, que eu desse mais atenção do que vinha sendo dada à Organização Mundial de Comércio.

M. S. - Em que sentido mais atenção?

J. G. – Ele achava que havia pouca atividade diretamente de Brasília, que a delegação em Genebra, que ele presidia, estava como que solta. Ele agia por iniciativa própria, mas o insumo, os *inputs* que vinham de Brasília talvez não fossem tão densos e tão frequentes. Ele, aliás, em outra entrevista que ele deu uma vez, (acho, deve aparecer nos seus trabalhos) ele falava do isolamento do negociador brasileiro. Então ele achava que era preciso que Brasília desse mais atenção aos temas do comércio internacional e da negociação da OMC. Esse foi o recado que ele me deu.

R. F. – Considerações sobre o Mercosul?

J. G. – Não. Certamente, fazia parte do escopo acompanhar os entendimentos com o Mercosul e particularmente, dentro disso, o relacionamento com a Argentina, que sempre foi a questão mais sensível, não é, do ponto de vista da política tradicional brasileira. Embora dentro do Mercosul mas, o relacionamento bilateral sempre foi... quase que tinha uma autonomia própria. Sempre teve, não é.

M. S. – A percepção à época já era de que o relacionamento já era muito sensível, ou a tônica era de que devia ser uma prioridade que o governo Fernando Henrique daria à integração com o Mercosul? A noção de que o Mercosul é destino, não é opção, como diria o Celso Lafer¹ muito depois.

J. G. – É. Não. Eu não sei se ele mesmo tinha uma ideia precisa. Com o tempo, talvez eu possa, assim retroativamente, responder a essa pergunta, que não foi discutida nesse dia, nessa ocasião. Eu acho que ele tinha, Luiz Felipe, algumas dúvidas, acho que ainda as tem, sobre o destino, essa noção de destino. Embora ele reconheça -, ele nunca demonstrou ao contrário, pelo contrário -, de que a relação bilateral com a Argentina tem uma importância crucial, fundamental na vida diplomática brasileira. Mas eu acho

¹ Celso Lafer ocupou diversos cargos de importância no país e no mundo, dentre eles: o de Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 1999 e Ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões - 1992 e de 2001 a 2002.

que ele separa a importância da relação bilateral com a Argentina do papel do Brasil e da Argentina no Mercosul; que eu penso, ele põe num nível um pouco inferior. Digamos, mais opção do que destino. Para usar aí aquela expressão do Celso. Mas, evidentemente, era um tema que ainda estava pesando muito. Eu negocieei na fase boa. Porque até 99, até 98, digamos assim, o Mercosul vivia uma fase de expansão; embora já as relações macroeconômicas, e mesmo setoriais, entre Brasil e Argentina, já mostravam grande divergência. Mas vamos falar nisso mais adiante. Só para terminar o capítulo do convite. Bom, eu pedi a ele algumas horas para pensar porque, eu estava com a minha mulher, eu queria conversar com ela. Trocamos ideia, etc., e ambos concordamos que poderia ser uma boa opção. E assim então eu dei a resposta positiva ao Luiz Felipe. Então esta é razão pela qual... Foi aí que começou esse estreitamento do relacionamento. Para mim foi muito agradável porque, efetivamente, ainda que não no exterior, portanto, com relativo ônus financeiro - porque, quando a gente chega a embaixador é quando você pode ter melhores condições financeiras, não só pelo salário, mas pelos benefícios indiretos: moradia, etc. - mas, por outro lado, eu voltava ao *main stream* e saía do meu desvio, ainda que muito prazeroso.

P. – Embaixador, por que o desvio? O que foi que ocorreu no começo da década de 90 para provocar o desvio?

J. G. – Bem. Eu trabalhei durante o governo Figueiredo, de 79 a 85, no Ministério do Desenvolvimento, com Delfim Netto. Eu era o chefe da Divisão de Política Comercial do Itamaraty, na época, em 78, o meu chefe era o embaixador Proença Rosa², quando, em 79, o Delfim foi escolhido para ministro da Agricultura; e eu fui lá cumprimentá-lo. Eu tinha trabalhado em Paris, e ele era embaixador em Paris na época que eu estive lá também. Depois eu fui para a Alemanha. E então, eu fui cumprimentá-lo, e com uma certa surpresa, ele falou: por que você não vem trabalhar comigo no Ministério da Agricultura? Que tinha uma seção internacional. Que ainda tem, até hoje. Naquele tempo, era um órgão autônomo, chamava SINDRA - [inaudível] Internacional da Agricultura. Eu fiquei tentado. E aceitei. Acho que isso causou uma certa decepção no Itamaraty. O Proença ficou, certamente, decepcionado, porque ele não esperava que eu fosse sair do departamento. Ele até me disse, depois, que gostaria (porque ele estava com seus projetos já) que eu o substituísse na chefia do Departamento Econômico. E o Itamaraty, que é uma casa muito especial, não vê assim com olhos... pelo menos, não via com olhos entusiasmados aquele diplomata que sai para fazer coisas fora da casa. Tem um certo ciúme institucional. Fiquei, portanto, primeiro, seis meses no Ministério da Agricultura; depois, o Delfim foi para o Planejamento, e eu chefiar a Secretaria de Cooperação Internacional, a SUBIN. Hoje é SEAIN. E até o fim do governo. Ao final do governo, que coincidiu com a mudança política, e... Aí também entra um aspecto interessante. O Guerreiro³, o ministro, e o Delfim não se amavam. Os dois não brigavam, mas também não se entendiam muito. O assessor do Guerreiro, que era o Roberto Adenure, e eu fizemos algum esforço para aproximar os dois ministros mas fracassamos nessa tarefa; [risos] mais por razões de caráter acho que pessoal, de comportamento; talvez, alguma divergência de orientação. Mas eu acho que o Itamaraty me considerou assim como um trãnsfuga. E isso se prolongou porque o presidente do Banco Mundial na época, que era o Alden Clausen, buscou um latino-americano para ocupar uma alta posição no Banco Mundial, porque o único latino-americano importante que tinha no Banco Mundial era um panamenho, que depois foi

² O entrevistado se refere ao embaixador Carlos Augusto Proença Rosa.

³ O entrevistado se refere ao Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro.

até candidato à presidência, chamava-se Nicolás Barletta. Ele era vice-presidente para a América Latina, do Banco Mundial. Mas ele tinha interesses políticos no Panamá e saiu, saiu do banco para ser candidato a presidente do Panamá; apoiado, aliás, pelos americanos. Então o Banco Mundial ficou sem um nome de expressão. E o Banco Mundial contratou um *headhunter*, que era o [Egor Center International]⁴, e por lá, caminhos diversos, o Egor Center veio me procurar, me fez uma longa entrevista e tal, e levou meu nome ao banco. E fui aceito. Então, também para minha surpresa, que não estava nunca nos meus planos, eu tive que fazer um interregno na vida diplomática, e fui nomeado vice-presidente de Relações Externas, do Banco Mundial; onde fiquei até 88. Depois, não tive muito bom entendimento com o substituto do Clausen, que era um velho senador republicano pelo estado de Nova Iorque, o Barber Conable, que eu achava bastante medíocre, e acabei não ficando nem os três anos inteiros lá. E aí me deram um *golden shaking hand* e eu saí; e voltei para o Brasil. Então, eu também voltei numa época em que não estava articulada a minha [posse]⁵ e tive que ficar no famoso *DEC* – Departamento de Escadas e Corredores. [risos]

M. S. – Até ir para Milão.

J. G. – Até ir para Milão. Essa foi a razão. Há um certo, eu acho que há um certo preconceito, também, do Itamaraty, para funcionários que fazem uma parte da carreira fora; então, como há uma disputa muito grande por postos, tem mais embaixador do que posto e tal, quem vai para fora perde o lugar na fila, digamos. Mas não... Foi essa a razão.

M. S. – Mas então, o senhor volta em 95...

J. G. – Isso. E assumo.

M. S. – Quais são as prioridades naquele momento? Qual é a orientação do ponto de vista substancial?

J. G. – Bem. O Luiz Felipe, e talvez por isso nos tenhamos dado tão bem, não era um detalhista, não era um chefe que quer estar informado dos mínimos detalhes ou que influa ou que interfira no dia-a-dia. Ele dá ampla autoridade e autonomia aos seus subordinados. Naturalmente, as linhas gerais, as orientações gerais têm que ser seguidas; e a disciplina do Itamaraty é tradicional nesse campo. Mas ele não intervinha em muitos detalhes, de maneira que, com exceção da única recomendação que ele me fez, que era de dar mais atenção à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Genebra, o resto era mais ou menos consequência do que decidisse fazer com meus auxiliares. Naturalmente, sempre relatando a ele, sempre conversando com ele e com o secretário-geral. Na tradição da casa - não sei se permanece, mas ela sempre foi assim - o ministro é o representante do presidente, é o homem que dá a orientação política à casa, é o homem que reflete as prioridades do presidente da República, mas não é o chefe da casa. O chefe da casa é o secretário-geral. Essa é uma tradição, que não está escrita, mas é assim que se entende normalmente. De maneira que, para uma boa parte das atividades de rotina, o meu interlocutor mais continuado e de quem recebia, às vezes, instruções mais precisas era o secretário-geral Sebastião do Rego Barros. E com o Luiz Felipe, eram discussões um pouco mais amplas, de orientação, de estratégia. Então, da parte dele, eu tinha só uma observação concreta, que era dar mais atenção... E

⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

foi, talvez, a única coisa que eu não tenha feito. [riso] Foi o único desrespeito, só posso dizer assim, às orientações que ele deu.

M. S. – O que queria dizer mais atenção, exatamente?

J. G. – Pois é. Eu entendo que, como te falei no início, que ele estava achando que ele recebia ou que os negociadores da OMC recebiam pouco suporte, pouco apoio.

M. S. – Apoio material, ou instruções?

J. G. – Não, material não. É, instruções. As negociações eram feitas com informações escassas. Era mais a orientação do próprio chefe da delegação em Genebra e seus auxiliares. O Congresso tinha uma participação muito superficial, naquela época, sobre isso. O setor privado tinha um pouco mais; mas sempre numa atitude puramente defensiva. Quer dizer, o setor privado estava mais preocupado em que não se baixassem tarifas; e, quando tivesse que baixar, tinha que ser no mínimo possível. A redução tarifária ou a liberação comercial era, digamos assim, um mal necessário. Mas sempre a atitude era, em princípio: deixa como está. Se for preciso afrouxa um pouco. O que era, claro -, ainda é hoje -, claramente, insatisfatório para você definir uma estratégia de médio e longo prazo negociadora no plano internacional. Acho que era essa a preocupação que ele tinha. E acabou não ocorrendo, não é. Eu aí, involuntariamente, desrespeitei as orientações porque, nesse meio tempo, quando eu cheguei, surgiu a ALCA⁶. Em 94 é a reunião de Miami. Dessa reunião de Miami surgiu, num primeiro momento, um esforço, que era, sobretudo, dirigido pelos americanos, de montar um método negociador. Ninguém sabia o que fazer com a agenda de Miami; sobretudo da parte comercial. Que a agenda de Miami era tudo. Tinha comércio, tinha democracia, tinha saúde, tinha tudo.

M. S. – Serviços.

J. G. – Serviço. Tinha tudo. Não, mas digo, além da parte comercial e econômica, era uma reorganização do mundo através da [inaudível]. Era uma pauta muito ambiciosa. Mas a parte comercial e econômica acabou se consubstanciando, na tentativa de negociar um acordo de livre comércio que compreendesse todos os países das Américas, com exceção de Cuba. As primeiras reuniões tiveram lugar em Washington, nem tinha um nome específico. Como é que se chamava? *Meeting of Nations*. Tinha um nome assim. Ainda não tinha esse apelido – FTAA ou ALCA, em português. Foram patrocinadas pelo aparelho de Estado. A primeira reunião acho que foi até na sede do BID⁷, lá em Washington.

M. S. – O senhor participou dessa reunião como chefe da delegação brasileira?

J. G. – Particpei. Exatamente. Começou isso, e depois tivemos um segundo encontro em Bogotá. Não sei se eu estou falhando, mas acho que não.

R. F. – Quais eram as instruções iniciais, brasileiras, para essas primeiras reuniões?

J. G. – Pois é. Era tudo a partir do zero, praticamente. As primeiras discussões que nós tivemos, e que durou até o fracasso total, era, em primeiro lugar, reconhecer que era uma iniciativa que tinha que ser levada em conta porque tinha sido proposta pelo governo norte-americano, que era o Clinton, que era um homem de grande vigor. Segundo lugar: havia, em teoria, um interesse grande, porque já -, pelo menos no

⁶ Área de Livre Comércio das Américas.

⁷ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Itamaraty, com Felipe Lampreia e com vários dos meus colaboradores e eu inclusive -, a ideia de [liberação]⁸ comercial era vista como... Desde que com ressalvas e com cuidados, era vista como um fator que pudesse ser positivo na aceleração do crescimento brasileiro. Mas não era uma ideia muito popular. No próprio Itamaraty, muita gente que não tinha entusiasmo por essa ideia.

M. S. – Na sua subsecretaria também, o senhor encontrava resistências à ideia?

J. G. – Resistências, não diria que sim, mas falta de entusiasmo ou ceticismo, certamente. Já naquela época, embora não estivesse no Itamaraty diretamente atuante, mas era o presidente do IBRE⁹, o Samuel¹⁰, em vários dos seminários que ele organizava e tal, ele expressava, claramente, a sua discordância com relação à ALCA; que ele fazia objeção radical, de início. Eu tinha um outro colaborador, o Rui Pereira, por exemplo, que hoje está lá em... É cônsul em Montevidéu, que foi um excelente colaborador, mas ele, realmente, tinha uma atitude muito restritiva. Só que era um disciplinado e muito bom batalhador. Essa resistência teve um efeito positivo, porque nós criamos alguns condicionantes na nossa agenda negociadora, que perduraram, com bastante eficácia, até a chegada do Celso Lafer. Que era, em primeiro lugar, o que se chamava o “*nada está resolvido antes que tudo esteja resolvido*”. Um equilíbrio nas negociações.

M. S. – O que queria dizer o equilíbrio das negociações?

J. G. – Queria dizer o seguinte. Você podia ir discutindo temas específicos: a situação de negócios, serviços, liberação de bens, solução de controvérsias, todos os temas ou normativos ou de bens da agenda da ALCA, que era uma ampla agenda liberação comercial, mas a amarração final disso só seria aceita na medida em que, no final, você chegava à conclusão que a quantidade de concessões, ou melhor, a qualidade das concessões que você fazia justificavam os benefícios que você ia receber por parte dos grandes atores; que, praticamente, se resumia nos Estados Unidos; no Canadá, um pouco. Essa é a noção do *single undertaker*. Curiosamente, essas ideias, que todo mundo acha normal, mas não eram muito bem aceitas pelos americanos, não. Os americanos sempre tiveram uma atitude muito resistente a essa ideia de equilíbrio nas negociações, de *single undertaker*. Se você pegar as minutas das discussões da ALCA até eu ir embora, digamos isso, você vai ver que a atitude americana, realmente, era muito pouco propensa a aceitar qualquer condicionamento. Era aquela agenda ou não. O principal negociador com quem eu lidei, embora não fosse o [inaudível], era o terceiro, era o Peter Allgeier, que hoje está lá em Genebra. Naquela hierarquia tinha, primeiro acho que foi o Kantor¹¹, depois, acho que a [Arlie Hochschild]¹² e o Peter. Mas quem estava ali na frente era o Peter Allgeier. Que é uma pessoa de bom contato.

M. S. – Ao negociar com ele, o senhor compunha o jogo com algum outro país latino-americano? Ou era uma conversa entre o Brasil e os Estados Unidos?

J. G. – Não. Nós cooperamos muito, naquela ocasião, pelo menos, enquanto eu estava na chefia disso, com a Argentina.

M. S. – Quem era a pessoa na Argentina?

⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁹ Instituto Brasileiro de Economia.

¹⁰ O entrevistado provavelmente se refere a Samuel Pessoa.

¹¹ O entrevistado provavelmente refere-se a Mickey Kantor.

¹² O mais próximo do que foi possível ouvir.

J. G. – Era o Jorge Campbell. O Felipe gosta muito. Não sei se já falou para vocês de Jorge Campbell¹³.

M. S. – Não. Ainda não chegamos.

J. G. – Valia a pena até incluir entre os entrevistáveis. Ele está meio no ostracismo lá na Argentina, mas é uma pessoa de muito bom gabarito. Curiosamente, embora na política econômica nós estivéssemos em fase diferente, porque foi o período aberturista do Menem¹⁴, era uma política mais aberta aos Estados Unidos, tinha nada a ver com o que se passou com o Kirchner, mas, com isso, havia mais coincidência com o nosso espírito; depois era muito integracionista, eles eram muito pró Mercosul, o Jorge Campbell, muito pró Mercosul também.

M. S. – A atitude brasileira era tão pró Mercosul quanto a da Argentina, nesse momento inicial do governo Fernando Henrique?

J. G. – Se você perguntar qual era a atitude do Fernando Henrique, eu digo que sim. A convicção de que o Mercosul era uma solução boa e profunda, dentro do Itamaraty, não tinha o mesmo entusiasmo, eu era, talvez, o mais entusiasta deles; mas a ideia de você compartilhar responsabilidades, caminhar para uma supranacionalidade de alguma natureza, nunca foi aceita.

M. S. – Nesse período inicial, o senhor já pensava que seria possível caminhar para alguma forma de supranacionalidade?

J. G. - Não. No primeiro momento, não. Mas eu achava que podia haver alguma evolução no sentido de você ter políticas comuns ou práticas comuns; por exemplo, é o caso que eu repito sempre: o combate à aftosa, que é uma doença que interessa a todos os países do Mercosul...

M. S. – E não respeita fronteiras.

J. G. – É. Porque o boi não conhece fronteira. E você ter quatro administrações sanitárias agindo separadamente, e uma culpando as outras pelos bois que atravessam a fronteira e provocam surtos, é uma coisa de uma estupidez, não é? E, no entanto, até hoje, não se conseguiu superar esse problema. Quer dizer, o Brasil tem o seu controle, o Paraguai tem o seu, ou não tem, a Argentina... Então acho que, alguma dessas coisas, poderíamos ter sido mais cooperativos. Por outro lado, havia um problema -, que ainda existe, mas isso tudo flutua com o tempo -, que é um problema permanente dentro do Mercosul, ou melhor dizendo, dentro da relação bilateral, que é a crescente importância brasileira e a crescente desimportância argentina. Não confundir com qualidade de vida, nível de escolaridade, que os argentinos ainda estão na frente do Brasil. Mas é inevitável reconhecer que, num cenário mundial, e mesmo no cenário regional, o Brasil é cada vez mais importante e a Argentina é cada vez menos importante. Quem refletia muito bem esse pensamento era o Guido di Tella¹⁵, que nas inúmeras vezes que esteve aqui, ele sempre dizia: “Não, a Argentina tem de aspirar a ser uma Suécia. Um país confortável, uma população bem alimentada, bem instruída. Tem seu papel médio, limitado, no planeta nacional, mas não pode ter mais essas aspirações a lideranças ou a posições hegemônicas ou importantes. Nós somos relativamente pequenos”. Essa era a tese do

¹³ Foi Secretário de Relações Econômicas Internacionais da Argentina.

¹⁴ O entrevistado se refere a Carlos Menem, presidente da Argentina de 1989 a 1999.

¹⁵ Foi um político e diplomata argentino. Ocupou o cargo de Ministro das relações Exteriores no período de 1991 a 1999.

Guido di Tella, que não é uma tese que os argentinos compartilham com entusiasmo. Então nós já tínhamos um pouco, no plano bilateral, essa preocupação [com a] Argentina, porque eles tinham déficit na balança comercial com o Brasil e eles preferiam alegar que esse déficit era mais consequência de restrições brasileiras às exportações argentinas do que da deficiência da sua própria economia e da sua exportação. Então, esse elemento de queixa, a Argentina estava sempre se queixando de alguma coisa aqui. E o próprio Jorge Campbell, também, sempre encontrava um argumento. E nós temos um sistema, apesar de melhorado muito depois do Collor, temos um sistema de comércio exterior que ainda não está totalmente desembaraçado de controles. Até hoje, nós não praticamos liberação automática de importação do Mercosul. Na prática, parece que sim. Uma boa parte das importações brasileiras do Mercosul ainda está sujeito a uma anuência prévia – discreta, mas está.

M. S. – Embaixador, o senhor chegou a conversar com o Fernando Henrique em algum momento, ou com alguém da equipe dele, sobre a visão que ele tinha do Mercosul, ou sua propensão à integração vinha de suas crenças individuais? Não corporativas, porque, como o senhor disse, o Itamaraty era um pouco mais...

J. G. – Não, houve dois momentos, ou melhor, dois tipos de contato direto com... Uma era, com frequência relativa... Quer dizer, nas viagens que o presidente fazia e das quais eu participava, de inúmeras delas, ou dentro do Brasil como fora do Brasil, o Fernando Henrique tinha o hábito de, num momento qualquer da viagem, (normalmente, ou na hora do almoço ou na hora do jantar, dependendo do tipo de viagem que estávamos fazendo) chamar três ou quatro dos participantes do avião para almoçar ou jantar com ele lá na frente. Aquele avião sucata, sucatão, tinha uma salinha, no início, onde ali cabia acho que ele e mais três, quatro... Tinha umas cinco ou seis pessoas. Então, ele chamava ali, ali se conversava sobre isso, e ele falava desses temas. Não era uma agenda específica; mas, normalmente, era integração, era o Mercosul, relações com os Estados Unidos... Então você ouvia ali, diretamente do presidente, um pouco de orientação. Mas no caso específico do Mercosul, houve um exercício muito interessante, que espero que, depois, seja substanciado aí com documentação, que eu acho que ainda tenho, que foi o seguinte. Por iniciativa do próprio Luiz Felipe Lampreia. Ele se fez e a nós a seguinte pergunta: “Mas e o Mercosul, é para valer ou não é para valer? Queremos ou não queremos o Mercosul?”

M. S. – Isso foi no começo do governo, embaixador?

J. G. – Não muito no início. Mas foi na primeira...

M. S. – Fase. O senhor ainda está na Subsecretaria. Antes do Ministério.

J. G. – Ainda estou. Isso. Estou na Subsecretaria.

M. S. – No sentido de se repensar o lugar estratégico do Mercosul dentro da política externa brasileira?

J. G. – Não. A pergunta foi muito concreta, que o Luiz Felipe fez. Que era o seguinte. Nós temos três alternativas, três caminhos: deixar como está; aprofundar; ou retroceder. Então vamos ver, vamos fazer um exercício, para saber o que o governo brasileiro pensa a respeito dessas três alternativas. Empurrar com a barriga, deixar como está, vai rolando.

M. S. – Gerencia.

J. G. – Gerencia. Segundo: vamos aprofundar. E terceiro, vamos recuar e abandonar a ideia de união aduaneira e ficar contentes com uma simples zona de livre comércio. Então o Carlos Márcio Cozendey, que hoje é chefe de departamento, se não me engano... Você conhece ele?

M. S. – Não.

J. G. – Esse é outro nome que vale a pena anotar. Carlos Márcio (hoje, acho que já é ministro) Cozendey. (*Soletra*) Carlos Márcio. Brillhante. Ele preparou um papel. (*Toca um telefone*)

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

J. G. – Carlos Márcio então fez um papel, em que ele diz assim: se é para retroceder, quais são as conseqüências e que coisas têm que se fazer para dar um passo para trás. Se é para lançar-se, isso implica em tais, tais medidas. Quer dizer, ele fez um mapa da mina, digamos assim. E deixar como está é deixar como está, não precisava fazer nenhuma elaboração. Esse papel, ele circulou por toda... Primeiro o Fernando Henrique fez uma reunião de gabinete, de ministério. Os principais. Que era: Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento, Agricultura, Casa Civil, Banco Central. Acho que foi isso. Não sei se está faltando algum, mas acho que foi isso. Não foram todos os ministérios, não, foram esses. E o Fernando Henrique, então, expôs essa... Porque ele queria ter uma orientação, ouvir uma opinião; não digo orientação, queria ter uma opinião dos ministros, com base naqueles três caminhos alternativos. Ele não tomou partido nenhum; mas você via pelas entre... Não entrelinhas, mas entreletras, entre frases, que ele achava que o Mercosul era sempre um projeto mais interessante.

M. S. – Como estava? Ou aprofundado?

J. G. – Aprofundado. Mas não foi muito explícito, porque senão não adiantava estar pedindo opinião e dizer que... Porque aí era melhor dizer eu quero assim, e acabou. Então ele, democraticamente, suscitou o debate.

R. F – O que originou esse debate? Foi alguma crise com a Argentina?

J. G. – Não. Porque já havia... Não. Não. Mas já havia uma grande... Sempre houve uma indagação, se o Mercosul tinha sido uma ideia tão brilhante ou não. Aliás, dentro do governo, o porta-voz mais proeminente desta dúvida era, e continua sendo, embora não no governo, era o José Serra; que sempre foi, mais do que cético, contra. Ele tem um célebre artigo, que ele escreveu para a *Veja*, em que ele explica as razões - que eu acho que são equivocadas mas pelas quais ele não acha que o projeto seja válido. Usou aquela célebre expressão: em vez do cachorro abanar o rabo é o rabo que abana o cachorro. Porque ele não se conformava de que o Uruguai pudesse opinar sobre as políticas brasileiras, e muito menos... Nem a Argentina. E não é uma questão pessoal, é uma questão política, digamos, filosófica. Bom. Esse papel foi distribuído por todos os ministros e...

M. S. – Esse papel foi preparado pelo Cozendey sozinho ou pelo Cozendey dentro do Itamaraty, com uma equipe do Itamaraty?

J. G. – Não. Dentro.

M. S. – Quem participou dessa discussão dentro do Itamaraty?

J. G. – Eu. Praticamente, a Secretaria Econômica toda. Mas o redator... Porque o Carlos Márcio, ele é muito preciso na citação dos artigos, das resoluções do Mercosul,

então ele traduziu o nosso pensamento mas em uma forma tecnicamente correta, adequada. E ele, aliás, é um integracionista também, de maneira que isso ajudou. Mas ele foi muito neutro, quer dizer, ele mostrou o que deveria ser feito nas hipóteses de ir para frente ou ir para trás. E marcou-se um mês, dois meses, não me lembro bem a data exata em que houve a segunda reunião, para que os ministros, enfim, os convocados opinassem. E foi uma coisa muito interessante, porque... Era o Pedro Malan, o ministro da Fazenda era o Pedro. Foi feita a reunião, se não me engano, também presidida pelo Fernando Henrique, no Palácio do Planalto... Ou foi no Itamaraty? Agora, eu não me lembro. Uma foi no Itamaraty, outra no Palácio do Planalto. Agora não me lembro qual foi a primeira ou segunda. E, para minha surpresa, *todos*, unanimemente, foram a favor do aprofundamento. Todos. Não houve nenhuma exceção. O mais curioso é que todos foram a favor do aprofundamento e ninguém fez nada a favor do aprofundamento. [riso]

M. S. – Claro. Claro.

J. G. – É no discurso. Mais nada.

M. S. – O *paper* chegava a especificar o que queria dizer aprofundamento?

J. G. – Detalhes. Esse *paper* é muito bom. É fácil de localizar.

M. S. – A gente vai achar.

J. G. – É. É muito bem feitinho.

M. S. – Por que ninguém fez nada, embaixador?

J. G. – Porque... Há uma tendência, não é, que eu acho que é muito cultural brasileira, e no Itamaraty, ela é muito forte -, e é antiga, não tem a ver só com esses governos anteriores não -, de que política externa se esgota no discurso. O discurso é mais importante do que a ação. Isso é uma coisa muito antiga. Tanto que, você pode analisar, que muitos estudos de política exterior feitos por acadêmicos tomam como base os discursos dos chanceleres. Sem dúvida alguma que o discurso é uma pista para você ir atrás da informação e saber se, efetivamente, aquela orientação era a que estava sendo seguida. Mas... Isso é minha opinião pessoal. Eu acho que nós temos esse grave defeito cultural, um pouco ibérico ou luso, de que nos contentamos com o discurso. Então, todo mundo achava, talvez, mais cômodo, achava mais fácil... Porque todo mundo devia suspeitar, se não ter a certeza de que o Luiz Felipe... O presidente...

M. S. – O presidente assim preferia.

J. G. – É. Evidente. Então, todo mundo preferiu. E ninguém ligou para isso.

M. S. – E ninguém...

J. G. – Por exemplo, o ministro da Fazenda jamais tomou nenhuma iniciativa séria, que fosse um comprometimento a favor do Mercosul.

M. S. – E o presidente não cobrava depois.

J. G. – Não. Não.

M. S. – Então, o compromisso dele também era, talvez, um pouco ambíguo.

J. G. – Também era, é. Pessoalmente, não; mas, institucionalmente, sim. Pessoalmente, ele via com mais clareza. Por exemplo, toda esta reação que o Itamaraty tinha a... Chamava-se institucionalização do Mercosul, quer dizer, criar coisas mais sólidas...

M. S. – Instituições minimamente independentes.

J. G. – É. Independentes. Ele chegou, inclusive, do seu próprio punho, a incluir frases nesse sentido, que não tinham sido aprovadas no Itamaraty e nos discursos dele, ele punha do próprio punho. Acho que a mais importante foi quando ele fez a reunião de setembro de 2000, dos presidentes da América do Sul, lá em Brasília. Quem coordenou, porque ali foi uma reunião política, eu já não estava mais na Subsecretaria, quem coordenou foi o Ivan Cannabrava, que era chefe do Departamento...

M. S. – De Política.

J. G. – De Política, não é? E eu me lembro que o Fernando Henrique me tinha dito – olha, põe aí necessidade de institucionalizar mais o Mercosul e tal -, eles não puseram. Ele revisou o texto, puxou, do próprio punho... A minuta está lá escrita, com a mão dele, uma frase nesse sentido. Quer dizer, ele tinha mais convicção do que...

M. S. – E ele não tinha ninguém da equipe dele que ficasse atrás disso? Que cobrasse, por exemplo, do Itamaraty, ou do Ministério da Fazenda?

J. G. – Não. Ele usava... Não. Isso é tarefa do ministro das Relações Exteriores. Essa situação atual é que é esdrúxula, de você ter um assessor que faz política e comércio exterior. Independentemente de estar certo ou errado, isso é outro problema, mas é uma atitude meio única, *unheard-of*, na tradição do Itamaraty. Isso era tarefa do ministro, e fazer cumprir as tarefas. Mas como o ministro (pode ser até que ele brigue comigo aí, o Luiz Felipe) não tinha essas convicções profundas a respeito do Mercosul, continua não tendo, então ele também não forçava muito a barra. Mas o assessor internacional era um mero assessor, que é o papel de assessor, de informar, de retransmitir... Quer dizer, seja o... Quem foi? Foi Sérgio, não é, o primeiro? Não. O último foi o... Agora não estou lembrando a sucessão dos assessores.

M. S. – O Tarcísio, em algum momento?

J. G. – Tarcísio? Não. Vou lembrar daqui a pouco. Os assessores, simplesmente, diziam: olha, o presidente gosta disso, gosta daquilo, telefone e tal, mas ele nunca foi nem formulador nem executor de política. Para isso, é o ministro.

R. F – O senhor falou dessa reunião que, na imprensa, todo mundo falou das questões sobre convergência macroeconômica que suscitaram nessa reunião. Nesse caso, foi uma iniciativa do presidente Fernando Henrique, no caso da convergência macroeconômica, ou foi do Itamaraty, do Ministério da Fazenda? O senhor se lembra? E qual a reação do Itamaraty, nessa questão de convergência macroeconômica, nessa oportunidade?

M. S. – Você diz na reunião de 2000?

R. F – É.

J. G. – Não. Esse tema começou antes. Em 2000 não houve... Porque a natureza da reunião de 2000 não era econômico-comercial, era política. Era a primeira vez que todos os presidentes da América do Sul se reuniam para falar em integração. A convergência macroeconômica começou, no Mercosul, antes. Quem era o ministro argentino? Era o Roque Fernández, se não me engano. Quem foi o anterior ao Fernández? Depois veio o Machinea¹⁶, que hoje é secretário da Cepal¹⁷, com quem eu

¹⁶ José Luis Machinea.

¹⁷ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

lidei, ainda quando estava na Subsecretaria. Era um tema de muito interesse argentino, óbvio, era um tema de interesse uruguaio mais ainda porque, como um país pequenininho e grandemente dependente da performance argentina ou brasileira, convergência macroeconômica é quase essencial para a saúde da economia e da política uruguaia. Deixa ver se eu me lembro da exata cronologia... Mas acho que as reuniões começaram antes de 99. As primeiras reuniões, em que se discutia a conveniência de ter algum programa de convergência macroeconômica.

M. S. – E a postura brasileira era sempre resistente e cautelosa.

J. G. – Aí vamos distinguir de que lado do Brasil falamos. Aí, o Itamaraty era mais simpático à ideia de alguma convergência; mas, evidentemente, não é uma tarefa do Itamaraty, é uma tarefa do Ministério da Fazenda. E o Ministério da Fazenda sempre foi absolutamente negativo a esse ponto de vista. Não porque não gostasse de Argentina ou deixasse de gostar, mas é que o Brasil, só agora superou todos aqueles constrangimentos provocados por sua política, quer dizer, sobre a sua situação financeira externa extremamente débil, não é. Todas as crises internacionais, mexicana, russa, indonésia, tudo pegava o Brasil, e tinha um estrago tremendo; então os ministros da Fazenda, nesse campo, eles eram bombeiros, estavam sempre apagando incêndio; e você apagar incêndio e fazer convergência macroeconômica não é um exercício fácil. Nem sei se não é correto. Até eu acho que é compatível, porque, na medida em que você pensa a longo prazo na coordenação macroeconômica, você está criando condições para que haja menos incêndios. Mas isso, na teoria, é fácil de falar. Agora sentar naquela cadeira e estar o dia inteiro ligando e sabendo se o Brasil quebra ou não quebra depois da meia noite, era muito difícil. Então, os ministros da Fazenda viam com *muita* cautela. O Pedro Malan chegou a fazer um programa, que era mais razoável e que era de preparar as condições para uma eventual convergência. Que ele dizia, primeiro vamos falar de coordenação, para depois falar de convergência.

M. S. – Isso saiu do papel?

J. G. – Algumas coisas saíram. Por exemplo. Ele fez um bom trabalho junto com os outros ministros, sobretudo o uruguaio, Mosca, que até, acho, está diretamente no governo atual. Luiz Mosca¹⁸. Foi vários anos ministro do...

M. S. – Do Batlle¹⁹.

J. G. – Do Sanguinetti²⁰. Não. Depois, acho que foi do Batlle, mas ele era do Sanguinetti. Que era você, por exemplo, unificar critérios de estatística. Como é que você define inflação? Cada país tem a sua estatística de inflação. Então, como é que você pode falar em coordenação macroeconômica, se você não tem a mesma definição de inflação? Então ele estabeleceu uma série de estudos e trabalhos, que eram preparatórios para uma eventual convergência macroeconômica. Mas, antes disso, nada de falar de compromissos políticos.

M. S. – Agora isso, em particular, nunca saiu do papel, não é? Porque, hoje em dia, as metodologias para medir inflação, por exemplo, continuam sendo diferentes.

¹⁸ Luiz Mosca foi Ministro da Economia do Uruguai.

¹⁹ Jorge Batlle, presidente do Uruguai entre os anos 2000 e 2005.

²⁰ Julio Maria Sanguinetti é um ex-presidente uruguaio. Exerceu dois mandatos: o primeiro no período de 1985 a 1990 e o segundo de 1995 a 2000.

J. G. – Eu não sei te dizer sobre isso porque eu era mero espectador. Acompanhava as reuniões, várias delas, dependendo da presidência *pro tempore*. Mas eu participei no Banco Central do Paraguai, reuniões, também no Ministério da Fazenda argentino... Quem acompanhou isso, por muito tempo, pelo Pedro Malan, era o Marcos Escaraboto, que hoje é nosso embaixador em Kuala-Lampur. O Marcos poderia ser uma excelente fonte de informação sobre todo esse esforço de coordenação macroeconômica no período do Luiz Felipe, como o assessor internacional do Pedro Malan. Aliás, um rapaz de primeiríssima qualidade também. Não sei se você conhece.

M. S. – Sim, conheço.

J. G. – E chegaram a assumir algumas. Já houve algumas resoluções do Mercosul nesse campo. Depois, se foram implementadas, eu não saberia dizer.

M. S. – Embaixador, a sua passagem da Subsecretaria para o Ministério acontece como?

J. G. – Bom. Deixa eu só terminar o seguinte. Em virtude de tudo isso, eu acabei me envolvendo e *muito*... Digamos assim, o meu tempo e as minhas preocupações eram divididas, fundamentalmente, na condução das delegações brasileiras à ALCA, que eu tomei uma participação muito ativa e muito profunda, e no acompanhamento de toda essa agenda Mercosul. E eu me dei conta de que era absolutamente impossível responder à orientação ou a instrução de Luiz Felipe de cuidar de Genebra. Isso acabou ocorrendo através de uma delegação muito ampla que foi dada ao Graça Lima²¹. E o Graça Lima, então, ficou cuidando quase que, de Genebra, *full time*. Enquanto que Mercosul e ALCA, embora ele fosse meu subordinado, ele... Havia, inclusive, um aspecto temporal importante, porque as reuniões, as viagens que eu tinha que fazer, seja com relação à ALCA, seja com relação ao Mercosul, eram tão freqüentes que já, digamos, entre quarenta e cinquenta por cento do meu tempo, eu estava fora de Brasília. Então há um limite. Não só de cansaço, mas também de necessidade de você estar na... O secretário geral, com quem eu conversava mais, se queixava muito, o Bambino. “Ah, eu não te vejo. Você está sempre viajando”. Mas ao mesmo tempo não tinha como não ir. Tudo isso para explicar então que a OMC ficou, praticamente, por conta do Graça Lima. Que, aliás, funcionou muito bem.

[FIM DO ARQUIVO DIGITAL 1]

P. – Embaixador, o senhor falou aí do tempo devotado para as negociações da ALCA, e eu gostaria de perguntar sobre a construção da SENALCA²² e a participação do setor privado dentro deste fórum. A experiência do senhor e como isso se diferenciou com exercícios anteriores que o senhor participou.

J. G. – Uma boa questão. Como eu tinha dito a vocês, o Luiz Felipe dava muita autonomia. E, logo nos primeiros exercícios da ALCA, eu tive ocasião de conversar com ele e dizer que a complexidade da agenda, ampla, recomendava que abrissemos a discussão em setores que, normalmente, não tinham tido, no passado, uma participação tão efetiva. Obviamente, o setor privado era um deles, o setor privado industrial e agrícola, os deputados e senadores deveriam ser ouvidos e os trabalhadores, através das

²¹ Embaixador José Alfredo Graça Lima.

²² Seção Nacional dos Assuntos Relativos à ALCA.

centrais sindicais, que deveriam estar; naturalmente, dentro dos limites de competência, sem nenhuma extravagância institucional. No caso das centrais, eu me encarreguei de fazer contato diretamente com a CUT²³ e a CGT²⁴. A Força Sindical era muito pequena, quase não funcionava. E foi muito útil essa experiência. Nós fizemos muitas reuniões com a CUT. Quem falava disso era uma funcionária da CUT, chama-se Maria Silvia Portela. Conhece? Até hoje, ela participa muito desses encontros; embora o assessor seja em nível superior, mas sempre o [Vaccario]²⁵, foram outros líderes sindicais. E na CGT, era um baixotinho... Como é o nome dele? Ficando velho, esqueço os nomes. E eles eram permanentemente convidados, inclusive nas nossas reuniões no exterior. Costa Rica, eu fui a muitas reuniões da ALCA em Costa Rica, aqui no Brasil também, as reuniões de vice-ministro, etc.. Eles iam financiados pela própria central sindical. Embora não pudessem entrar nas reuniões formais, porque só as delegações oficiais podiam entrar, mas eu fazia o seguinte: terminada a reunião, eu reunia um *briefing* fora de sala, na sala do hotel, e relatava a eles o que tinha acontecido. Fazia isso com eles, com parlamentares, que iam, também, nos acompanhando, e com a imprensa. Era uma coordenação informal, mas muito efetiva, muito eficaz. Então, tanto a imprensa quanto os sindicalistas tinham como acompanhar as negociações, ainda que indiretamente.

M. S. – E os sindicatos já eram muito resistentes a essa ideia da ALCA, desde o começo, o senhor tinha dificuldade com isso, apesar de a relação ser boa e cordial?

J. G. – Com esses interlocutores que iam, a relação era boa, tanto pessoal quanto, digamos assim, funcional. Eles entendiam a coisa. Mas essas representantes dos sindicatos não eram fortes dentro do sindicato. Eram respeitadas, mas não eram fortes. Então, o que prevalecia era, realmente, a posição dos sindicatos, que era muito mais negativa, muito mais contrária. Eu tive, na ocasião, várias vezes, na CUT, em São Paulo, fazia a minha descrição do quadro, e ouvia comentários muito ácidos e muito negativos, e às vezes, até fora de propósito, porque havia muita... Isso, até em Florianópolis, uma vez, também. Eram todos contrários às cláusulas secretas. Havia uma tese conspiracional, que a ALCA tinha cláusulas secretas. [riso] E eu dizia, é, devem ser tão secretas que os cento e cinquenta brasileiros que participam da ALCA nunca ouviram falar nelas. Porque, no Itamaraty, somos trinta que negociamos a ALCA, nos outros países, tantos, e depois tem os parlamentares, nunca ninguém ouviu falar dessas cláusulas. Realmente, deve ser... Eu falava assim, com muita franqueza, aí eles se acalmavam um pouco. Mas era importante. Era importante. E eu tenho a impressão que isso deveria continuar. Agora o Luiz Felipe fez uma coisa melhor, que foi construir um diálogo permanente. Mas a SENALCA é um pouquinho depois. Antes, houve o... Como é que chamava? Conselho Empresarial.

R. F. – Conseb.

J. G. – Conselho Empresarial Brasileiro? É. Tinha um nome assim. Que ele fazia reuniões no Itamaraty...

R. F. – Havia o CEB, que é o Coalizão Empresarial Brasileira.

J. G. – Não. Isso é outra coisa. Vou chegar lá. Havia uma que era presidida pelo Luiz Felipe, no Itamaraty, naquela sala lá debaixo, das exposições, e era um diálogo

²³ Central Única dos Trabalhadores.

²⁴ Comando Geral dos Trabalhadores.

²⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

empresarial, uma coisa assim. Esqueço o nome. Ele fez inúmeras reuniões. Ele trazia a agenda das negociações internacionais, seja ALCA, seja Mercosul, ele expunha, aí passava a palavra por todos os líderes empresariais. No momento, os que estavam ali, eram o senhor das empresas. Olavo Setúbal, Odebrecht²⁶, o Ermírio²⁷. Só era gente de alto nível. Porque era reunião presidida pelo próprio ministro das Relações Exteriores. Ele usou esse instrumento com bastante frequência; e estruturado, tinha agenda, distribuía informações e tal. Era muito útil, porque ali tinha a reação dos tops; mais do setor industrial, mas o pessoal da agricultura também ia, da Confederação Nacional de Agricultura. Depois, mais tarde, com a SENALCA, se ampliou um pouco mais, aí vinha a sociedade civil, havia representante de mais ministérios; havia representantes de algumas ONGs, e coisa ficou assim mais democrática, digamos, porque tinha muito mais gente dando palpíte. E era também um exercício, eu acho, muito proveitoso. Agora, a Coalizão Empresarial tem um sentido. No início, a partir de 95, quando fizemos essas primeiras reuniões... *All Nations Meeting*, era o título da primeira reunião. Não era *all nations* porque era só a América, as Américas, mas era esse o nome.

M. S. – E sem Cuba.

J. G. – É, sem Cuba. *All but one*. [risos] Eles fizeram a preparação da agenda. Em cada reunião tinha uma agenda. Vamos tratar disso, disso, daquilo, daquilo outro. Aí os privados, sobretudo o SNI... perdão, a CNI²⁸ tomou a si as responsabilidades, com a Soraya²⁹, com a Sandra Rios³⁰, com o José Augusto Fernandes³¹ e tal. Eu fui uma parte, até certo ponto, indutora disso. Eu disse: nós precisamos organizar a nossa agenda e ter a opinião do setor privado brasileiro com relação a esses temas. Então, para cada reunião que se fazia da ALCA, que tinha ponto a, ponto b, ponto c, aí então a CNI resolveu criar a Coalizão Empresarial, convidou de outras confederações, mas também as associações de classe, a ABN, Abimaq etc. e tal. Hoje, são cento e tantas, (já esqueci) que se reúnem na Coalizão Empresarial. E cada uma delas definia uma posição. Era útil porque era o reflexo. Para o negociador oficial era bom, porque você sabia o que o setor privado apresentava. Tinha uma certa limitação de eficácia porque, como acontecia em outras áreas, a atitude é sempre defensiva, então o consenso era sempre pelo mínimo denominador comum; e isso diminuía um pouco a capacidade de o governo ter margens de manobra; porque, em geral, o que vinha do setor privado era mais no sentido de restringir a capacidade de manobra do que de ampliá-la. Mas era útil. Pelo menos, você ficava sabendo, naquele tempo, qual era o tamanho da mina sobre a qual você ia pisar. [risos]

R. C. – Quando o senhor fala em tentar conseguir margem de manobra quer dizer angariar apoio de setores que eventualmente tivessem interesses mais defensivos?

J. G. – Não. Era o seguinte. Toda negociação de liberdade de comércio significa concessões. E se você tem o setor privado muito contrário, você sabe que a sua capacidade de negociar concessões é reduzida; ou: você se prepare para enfrentar oposições internas.

²⁶ O entrevistado se refere ao empresário Norberto Odebrecht.

²⁷ Antônio Ermírio de Moraes, empresário e industrial brasileiro.

²⁸ O entrevistado se refere à Confederação Nacional da Indústria.

²⁹ O entrevistado provavelmente refere-se à Soraya Rosar, gerente-executiva das negociações internacionais da CNI, atualmente.

³⁰ Sandra Rios é, atualmente, consultora da CNI.

³¹ José Augusto Fernandes é, atualmente, diretor executivo da CNI.

R. C. – E na prática, o governo, o Itamaraty, principalmente, assumia isso justamente como uma restrição da sua posição ou terminava por tentar avançar mais sobre esses interesses defensivos?

J. G. – Não. Em geral, a atitude era de ir pela linha de mais cautela. Ainda é até hoje. Pela linha de mais cautela. Ou porque tem medo da briga ou porque está sinceramente convencido que, realmente, o melhor é ceder pouco. Que é a linha do Samuel. Samuel, ele acha que não convém ceder. Ele não vê vantagem em concessão, só vê desvantagem. Então a CEB teve essa origem, ela começou inspirada na ALCA. Porque havia sempre, nas reuniões da ALCA, havia as reuniões oficiais e havia reuniões dos empresários, de todos participantes. Acho que foi por influência americana, então você tinha reunião dos empresários. E a agenda era a mesma. E aí, evidentemente, os empresários americanos tinham uma posição, os empresários argentinos, outra, os empresários brasileiros, outra. Então, o que a CEB fez foi tentar não só coordenar a posição dos mercosulianos, mas, em muitos casos, havia a possibilidade de fazer uma síntese também da posição dos empresários americanos ou canadenses, que não eram, necessariamente, coincidentes com a posição do governo. Isso até era útil, não é, porque você tinha uma visão empresarial, que era, talvez, mais flexível, sobretudo entre os americanos, porque, como eram multinacionais, já conhecem a realidade brasileira.

M. S. – Os representantes do setor privado brasileiro que participavam dessas reuniões eram bem preparados para participar das reuniões? Precisavam de ajuda especial do Itamaraty ou se viravam bem sozinhos?

J. G. – Não. São os mesmos até hoje. É Sandra Rios, é José Augusto Fernandes, é a Soraya, Lúcia Maduro³². É o mesmo time. Não mudou nada. E é gente capaz, competente, não precisa de apoio técnico. Claro que interessa a eles no sentido político da posição do governo, mas apoio técnico não. Eles até podem oferecer apoio técnico, porque eles são bem estruturados, conhecem listas de produtos melhor. A Lúcia, por exemplo, é muito mais organizada em matéria de lista de produtos.

R. F. – Embaixador, o senhor falou do tripé Mercosul, ALCA e as negociações da OMC. Nesse período de 95 a 98, que o senhor esteve no Itamaraty, como a Europa encaixou dentro do planejamento do senhor, dentro da Subsecretaria e dentro da gestão Lampreia? A questão das negociações com os europeus, principalmente balanceando a questão da ALCA.

J. G. – As negociações com a União Européia começaram nesta ocasião. Se não me engano, o primeiro entendimento é de 95, em Madri, quando foi criada a...

M. S. – Começa a ser estruturada, não é.

J. G. – Foi formalmente estruturada. Até esse momento havia pouca controvérsia. Havia, pelo contrário, muito interesse em abrir essa segunda frente com a União Européia, por motivos políticos, alguns corretos, outros incorretos...

M. S. – Quais eram os incorretos? Eu entendo os corretos.

J. G. – É. Os incorretos são o seguinte. Uma parte da esquerda, sobretudo parlamentar, com muita ingenuidade e com falta de conhecimento, entendia que você tinha que equilibrar os interesses entre Estados Unidos e Europa com a participação européia, que era uma espécie de freio às posições hegemônicas e imperialistas norte-

³² Consultora da CNI.

americanas. Em outras palavras. Negociar com os gringos era ruim, negociar com os europeus era um pouco melhor. Eu estive, em uma dessas ocasiões, fazendo palestras na Comissão de Relações Exteriores, na Comissão de Economia, na Câmara dos Deputados e no Senado.

R. F. - O deputado Marco Cintra, nessa época, já?

J. G. - Já atuava. O Aldo Rebelo participava desses encontros. Até o Aldo, uma vez, fez esse tipo de observação. Eu digo: “você estão redondamente enganados”. Do ponto de vista dos interesses atuais brasileiros, a negociação com a Europa é muito mais dura, muito mais, e eles são muito mais exigentes do que os americanos. E são mais mauzinhos do que... Quer dizer, não confundam a ideologia e imperialismo político etc. com negociação comercial. Então era, em parte, era...

R. F. - Mas eles serviram então de estímulo para o Itamaraty, de certa forma.

J. G. - Serviram. Serviram. Foi útil. Mas estou tentando explicar que, até então, não havia muita controvérsia, a negociação com a Europa era vista com interesse, mais do que com os Estados Unidos. Os Estados Unidos, já havia nacionalistas e a esquerda mais extremada era contra, enquanto que com a Europa, todo mundo achava bom. Os motivos podiam estar equivocados em alguns casos, e outros, evidentemente, era o segundo parceiro do Brasil, em alguns momentos, primeiro parceiro, a União Européia como um todo, parceiro comercial, então era mais que natural que o Brasil abrisse essas duas frentes de trabalho. Até a negociação, a primeira negociação em 95. Depois, foi um desdobramento; e, à medida que foi desdobrando, foi-se verificando que um tipo de dificuldades que o Brasil enfrentava, ou o Mercosul enfrentava na sua relação com os Estados Unidos, na ALCA, era muito parecido com o que encontrava com os europeus também; e que a sensação ali é que o número de... Quer dizer, a qualidade das concessões pedidas a ser feitas era muito superior às vantagens a serem obtidas. Assim era a avaliação. E na verdade, os dois pararam, mais ou menos por causa disso, embora o *background* político possa ser diferente.

R. F. - Essa clivagem dos parlamentares também existia dentro do Itamaraty? Havia forças dentro do Itamaraty que achavam que um maior espaço para negociação com os europeus?...

J. G. - Não. Não. É uma posição, assim, um pouco infantil, não é. E o diplomata tem um pouquinho mais de experiência nessa área, de maneira que... Podia ser por outros motivos, mas não por esse, que o europeu é bonzinho, o gringo é que é mauzinho. Isso aí não, dentro do Itamaraty, não. Mas fora do Itamaraty era, era forte esse conceito.

M. S. - Embaixador, vamos avançar até 98 e sua passagem para o Ministério. Como é que acontece essa mudança?

J. G. - É uma história curiosa. Eu, desde os anos 70, tive ocasião de não só trabalhar junto, mas desenvolver uma relação pessoal de amizade com Francisco Dornelles. Nos anos 70, eu chefiava a Divisão de Política Financeira, no Itamaraty, quando eu voltei do exterior, da minha primeira volta do exterior, e o Dornelles era procurador da Fazenda Nacional naquela época, antes de ser secretário de Receita, ele era procurador da Fazenda, e o ministro da Fazenda era o Delfim Netto. E o Delfim chamou um dia o Dornelles e disse que era preciso passar em revista a situação dos acordos de dupla tributação que o Brasil tinha com o Japão e com outros países, ou devia ter, que na opinião dele, Delfim, era preciso ser um pouco mais dinâmica nessa

área, alargar o número de acordos, etc.. E assim foi feito. O Dornelles, como procurador, assumiu, por ordem do ministro da Fazenda, a responsabilidade de iniciar o estudo desses acordos. Ele criou uma comissão dentro do Ministério da Fazenda, que acho que ainda existe até hoje, chama Comissão de Estudos Tributários Internacionais (CETI), e eu, como chefe da Divisão de Política Financeira, fui chamado por ele para ser o representante do Itamaraty. Aí fizemos uma dobradinha. E rodamos a Europa, naquela época, fechamos uns dez acordos de dupla tributação. Não conseguimos fechar com os Estados Unidos. Até hoje não se conseguiu. Com a Suíça, também não, por causa dos cantões, é complicado, com o Canadá também, porque a federação é complicada: o Canadá tem tantos sistemas tributários quanto províncias. Acho que é até pior que o Brasil. Mas enfim, se fez com muitos países. Aí desenvolveu uma amizade muito grande com o Francisco Dornelles e, independentemente de estarmos em lugares diferentes, sempre mantivemos muito contato. Em 97, ele era ministro de Indústria e Comércio e Turismo do Fernando Henrique, e resolveu renovar seu mandato de deputado federal, entrar na campanha. Só que a lei brasileira exige que o ministro se desincompatibilize, então ele tinha que deixar o Ministério, para poder fazer a campanha; e essa desincompatibilização tinha que ocorrer em abril de 98. Eu conversava muito com ele, porque, nessa ocasião... Como o Guia, que era o subsecretário, muitas coisas tínhamos que coordenar com o Ministério de Indústria e Comércio. Não havia Desenvolvimento ainda. Então, eu estava sempre com o Chico. Um belo dia, ele falou: “Eu vou ter que me desincompatibilizar. O que é que você acha de você me substituir no Ministério? Ainda que por pouco tempo, porque...” Falei: “Tudo bem.” “Agora, em teoria, isso é cota do PP.” Naquele tempo não era PP, era PPB - Partido Progressista Brasileiro. “E como eu sou do Rio, então tem que ser da cota do PPB no Rio.” Falei: “Mas eu não tenho nada, nunca fiz política na minha vida.” Disse: “Você não fez política, você vai lá no Rio e se inscreve no PPB. [riso] Só para manter as aparências.” Então eu fui, me inscrevi.

M. S. – Depois de já ter recebido o convite.

J. G. – Dele. Dele. Aí, me levou lá, eu preenchi e tal. Até hoje, sou membro do PP. Nunca fiz política mas tenho carteirinha e tudo.

R. F. – Não teve muita influência do Delfim Netto então.

J. G. – Nenhuma.

M. S. – Que havia sido seu chefe.

J. G. – É. Bom. Amizade, sim, continua até hoje. Mas nenhuma influência, nem dele nem do Maluf. Embora... Foram consultados, evidentemente, e acolheram com muita simpatia a ideia. Então, me inscrevi no PPB e, e aí ele foi ao Fernando Henrique e sugeriu, que a solução política, até para o Fernando Henrique era cômoda, porque se faria sem nenhuma disputa; e eu acho que Fernando Henrique também não queria se expor à obrigação de ter que atender algum pedido do Maluf, porque a cota era do PPB, e dizer que era do Rio, e não de São Paulo, já era confortável para o Fernando Henrique, senão ele tinha que... Feito esse “globão”³³, como se diz, negociar. [risos] Então, foi uma forma engenhosa. Porque o Chico é muito esperto politicamente. E ele topou. A única condição é que ninguém falasse nada, tinha que ser um segredo absoluto.

M. S. – Inclusive do Lampreia?

³³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

J. G. – Acho que sim. Eu acho que ele deve ter ficado surpreso também, porque eu... Eu não falei nada. Cumpri à risca o acordo que eu fiz. Fiquei calado até um belo dia em que o presidente anunciou então que eu ia ser o ministro. Mas foi combinado entre ele e o Chico Dornelles. Mas, obviamente, não houve nenhuma contrariedade do Luiz Felipe a respeito. Se Fernando Henrique falou com ele antes, e é possível que tenha falado, eu não sei dizer, porque também nunca perguntei ao Felipe se ele foi previamente informado disso. Mas a história é essa.

M. S. – E o encontro com o presidente, o primeiro encontro, tem alguma instrução específica? Ou era manter, gerenciar a agenda que já vinha sendo encaminhada pelo Dornelles?

J. G. – Não tinha nenhuma. A única coisa foi, no final... Que eu fui até dezembro. E aí, eu fui conversar com o presidente, ele me perguntou qual era o balanço que eu fazia do Ministério de Indústria e Comércio e Turismo. Eu digo: olha, acho um balanço positivo; o ministério tem algumas competências interessantes, efetivas, sobretudo na área de comércio exterior... A área de turismo já estava começando a ganhar mais importância, com o Caio Carvalho, que foi da Embratur, e que ainda atua nessa área. Hoje, ele tem uma empresa particular. Mas eu acho que foi o primeiro governo do país, se eu não me engano, que deu uma importância crescente e percebeu a importância do turismo. Negociaram... Começou antes; mas o grande impulso foi dado por o acordo de financiamento do BID, através de um programa chamado Prodecet. Não. Prodecet não.

P. – Prodetur.

J. G. – Prodetur. Prodecet é cerrado, aqui. Prodetur. Acho que já estão no terceiro. O primeiro produzido, foram trezentos milhões de dólares para infra-estrutura, saneamento, rodovias, esgoto das cidades e tal, sobretudo na área do Nordeste. E aí a coisa começou a crescer. E realmente, o turismo cresce aí a quinze por cento ao ano, a despeito das declarações da Marta³⁴. [risos] E é um futuro brilhante, não tenho dúvida. Mas ele me perguntou o balanço, eu digo: eu acho que é um ministério interessante; agora falta um braço financeiro, para poder dar um pouco mais de vitalidade ao ministério, ele tinha que ter um braço com recursos próprios para executar políticas, e não ficar só na dependência do Ministério da Fazenda ou do orçamento do Planejamento. E de fato, ele criou o Ministério do Desenvolvimento, que tem uma história, no início, muito conturbada, não é, porque a primeira escolha dele foi o Luís Carlos Mendonça de Barros; que depois não se materializou, por causa das conversas telefônicas, aquele negócio da privatização da telefonia; depois, ele escolheu o Clóvis Carvalho. Não.

M. S. – Sim, o Clóvis Carvalho. Que havia sido...

J. G. – Que bateu de frente com o Pedro Malan e foi dispensado. Depois veio o Celso Lafer, que...

M. S. – Perdão. O Celso Lafer veio antes de Clóvis Carvalho, na realidade.

J. G. – É. Eu estava achando que estava errado. É. O Celso não deu certo no...

M. S. – Por que?

³⁴ O entrevistado se refere a declarações polêmicas prestadas por Marta Suplicy, Ministra do Turismo à época da entrevista.

J. G. – Porque o perfil do Celso não é esse. O perfil do Celso é um perfil mais acadêmico, mais especulativo. Ele não é um executivo do...

M. S. – Não é um operador.

J. G. – Não é. Não é. E a imprensa maltratou. Celso não foi... Ficou muito contrariado e decepcionado. Depois veio o Clóvis, que durou muito pouco, porque o Clóvis quis agir com certa contundência e resolveu se rebelar contra o excesso de cortes e cautelas que o Pedro Malan tinha...

M. S. – Na Fazenda.

J. G. – Na Fazenda. Fez um discurso – famoso -, em que ele dizia que não fazer aquilo era uma covardia. Eu estava com ele. No dia seguinte do discurso, nós fomos, eu e o Clóvis fomos ao Ceará, lá no Banco do Nordeste, tinha lá uma conferência ou seminário, e nós estávamos lá, até na sala do Tasso Jereissati, governador do Ceará, aí nós recebemos um telefonema para voltar para Brasília imediatamente. Já chegou aqui, já estava demitido. Pedro Malan pediu a cabeça dele. E conseguiu. E ele ficou muito contrariado com o Fernando Henrique. Amicíssimo. Continua amigo. Mas ele ficou ferido. E depois, quem é que veio? Tápias, não é?

M. S. – O Alcides Tápias.

J. G. – Que também bateu de frente, por causa da reforma tributária, com o Malan e...

M. S. – É um ministério que está fadado a bater de frente com a Fazenda.

J. G. – Sempre. Sempre.

M. S. – É um problema quase que estrutural, independente das personalidades.

J. G. – Pois é. Mas o negócio do BNDES³⁵ era feito justamente para evitar, para ter uma alternativa.

M. S. – Do BNDES?

J. G. – É. De incorporar o BNDES na estrutura hierárquica do Ministério. Mas aí ocorreu-se outro tipo de problema. Já não era o ministro da Fazenda que batia de frente, mas era o presidente do BNDES que não obedecia ao ministro. E aí acabava batendo porque o sujeito é tão poderoso, o presidente do BNDES, que a tendência dele é não dar satisfação ao ministro. Assim foi com Calabi³⁶, Tápias... Foi Tápias, foi Calabi, depois... Quem? Teve outro. Isso sem falar, agora, mais recentemente, com o Lessa³⁷ e o Furlan³⁸, não é. Então é um ministério que tem esse azar. O atual, o MIDIC³⁹, que é um ministério importante, tem capacidade de, por exemplo, formular política na área industrial, na área agrícola, etc., mas acaba nessa estrutura confusa de poderes que tem o Executivo aqui, acaba batendo ou com o ministro da Fazenda ou com o presidente do BNDES.

³⁵ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

³⁶ Andrea Sandro Calabi, presidente do BNDES entre julho de 1999 a fevereiro de 2000.

³⁷ O entrevistado se refere a Carlos Lessa, presidente do BNDES DE janeiro de 2003 a novembro do mesmo ano.

³⁸ Luiz Fernando Furlan - Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil entre os anos de 2003 e 2007.

³⁹ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil

M. S. – Embaixador, a sua passagem no Ministério é marcada pelo deterioro das relações com a Argentina numa série de áreas. É isso que domina a sua agenda naquele período, ou tem algum outro elemento importante, que a gente perde quando olha de fora?

J. G. – Enquanto eu estava no Ministério?

M. S. – Sim.

J. G. – Não. Enquanto eu estava no Ministério, a agenda própria do Ministério seguiu, mais ou menos, inalterada. Eu também tinha consciência que era uma transição, não cabia nada lançar coisas novas. Era por poucos meses. Então era uma coisa de gerir, o que é que tinha de importante, a área do café...

R. F. – A iniciativa do Pró-Álcool.

J. G. – Não. Nada que afetasse de modo particular a atuação do Ministério. Não houve nenhum conflito também. Foi um período relativamente calmo, nas competências do Ministério das Relações Exteriores... Quer dizer, do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo. O segmento comércio exterior sim, a Secretaria de Comércio Exterior, sim, ela ficou envolvida nas questões bilaterais com a Argentina, porque, em 99, veio a desvalorização, os argentinos ficaram loucos, entendiam que aquela desvalorização tinha sido uma punhalada nos interesses... Objetivamente, realmente, prejudicaram muito os interesses. Então tomou... Mas foi em 99. Tomou mais atenção. Já estava fervendo um pouquinho em 98, a crise argentina começou a piorar, a origem da crise argentina, na verdade, precede a nossa desvalorização, eles já pararam de crescer em 98, mas o detonador em janeiro de 99, foi muito forte. Eu acho então que é a razão pela qual o Felipe, em combinação com o presidente, me pediu para que eu passasse para a Camex. Foi quando eu assumi a Secretaria Executiva.

M. S. – Foi um pedido para gerenciar o relacionamento com a Argentina logo depois, em janeiro de 99, mais especificamente, depois da deposição de salvaguardas argentinas em meados de 99?

J. G. – Foi um pouco. Foi mais enfático... Quer dizer, a Camex tem uma proposta geral. Mas, obviamente, a minha experiência com a Argentina era componente desse convite. Agora o pedido de atenção particular à Argentina foi mais enfático no ano 2000, quando criou-se essa figura de embaixador especial para o Mercosul.

M. S. – Como foi criada essa figura? Por que se criou?

J. G. – Eu acho que a ideia é do próprio Luiz Felipe Lampreia. A Câmara de Comércio Exterior, a Camex, que teve a sua origem numa ideia do Sérgio Amaral... Quem bolou e quem convenceu o Fernando Henrique a criar essa câmara foi o Sérgio.

M. S. – Quando era ministro. Ou quando era porta-voz?

J. G. – Não. Antes. Quando ele chegou. De onde que ele vem? Onde é que o Sérgio estava? Estava num posto.

M. S. – Não me lembro.

J. G. – Enfim. Ele propôs ao Fernando Henrique que se criasse essa entidade ministerial, ligada diretamente à Presidência da República, e que seria um grande órgão de orquestração, de coordenação das atividades de comércio exterior, que estavam muito desconectadas. E de fato, você tinha uma multiplicidade, como ainda tem hoje, um pouco menos, uma multiplicidade de órgãos governamentais, cada um tem um

pedaço de responsabilidade, com importância no comércio exterior, e são importantes, são pedaços importantes. A Receita, o sério problema de Receita e Alfândega, que ainda estão juntas, e tem gente que quer separar, acha que devia, a parte da agricultura, toda a fiscalização sanitária, fito-sanitária, certificação sanitária, está tudo no Ministério da Agricultura. Então... Uma das razões de que o Mercosul funciona mal é por isso, porque você não tem uma autoridade única, nem no Brasil nem no Mercosul, então a Camex tinha esse objetivo. Era um objetivo ambicioso, mas razoável do Sérgio. Acontece que o Fernando Henrique não queria que o Sérgio fosse da Camex, porque queria que ele fosse o porta-voz. Ele gostava muito do Sérgio.

M. S. – Eles tinham uma amizade pessoal de longa data?

J. G. – Eu acho que eles já se conheciam. Eles já se conheciam. Não sei se era muito tempo, mas se conheciam lá de São Paulo. Porque o Sérgio era paulista. E eu acho que Fernando Henrique se sentiu mais à vontade em dizer não, você vai ficar como meu porta-voz. Essas coisas, eu estou repetindo do que eu ouvi do próprio Sérgio. Então... Aqui, eu sempre sou *second hand*. Mas acredito que seja correta a interpretação dele. E aí, corre daqui, corre dali, escolheram o Mendonça de Barros⁴⁰. Foi o primeiro, não foi? Eu substituí o Mendonça de Barros. O José Roberto. Antes do José Roberto, eu acho que não tinha ninguém. Acho que foi o primeiro. E por que... Para responder a sua pergunta. O Luiz Felipe Lampreia, e o Itamaraty de modo geral, achava que a Camex era um concorrente na área do comércio exterior. E que, de fato, é.

M. S. – Apesar de ter um corpo técnico mínimo.

J. G. – É. Mas o conceito político é ambíguo. Porque... Essa área sempre foi uma área confusa.

R. F. – Desde o Concex⁴¹, não é.

J. G. – Desde, é. Exatamente. Só que na época, embora fossem soluções institucionais esdrúxulas, elas tinham a vantagem de não serem contestadas pelo governo. O diretor da Cacex⁴² era pleno e soberano. Agora se você perguntar “faz sentido que o Banco do Brasil tenha uma *carteira* de comércio exterior e que seja coordenadora da política brasileira?”. Claro que não. Mas funcionava porque o presidente queria assim; e era um regime autoritário, digamos assim, mesmo que não fosse ditatorial, na época, não importa que fosse ou não fosse, mas, a Cacex, o diretor da Cacex, Benedito Moreira e outros eram donos absolutos. A mentalidade na época era de controle, pelo Estado, do comércio exterior, então ninguém questionava isso. O Collor acabou com essas coisas, acabou com o Concex mas... Baixou um decreto dizendo: acaba. Só que as coisas não acabam só porque você baixou um decreto. É uma série de coisas que permanecem funcionando. E foi isso que aconteceu. Então o comércio exterior ainda hoje não encontrou a sua fórmula adequada. O Itamaraty tem um pedaço, na Promoção Comercial, por exemplo, tem um pedaço importante, que são as negociações em Genebra, e relações comerciais de um modo geral são do Itamaraty, tradicionalmente; o que provoca atritos com Fazenda, com Agricultura.

M. S. – Com o MIDIC

⁴⁰ O entrevistado refere-se a José Roberto Mendonça de Barros, que foi secretário-executivo da Camex entre abril e novembro de 1998.

⁴¹ Competência do Conselho Nacional de Comércio Exterior.

⁴² Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, criada em 1953, durante o governo Getúlio Vargas.

J. G. – Com o MIDIC. Por outro lado, nos aspectos técnicos, se você tem um produto, quem vai dizer que ele pode entrar ou não numa lista de negociação é a Rosário Batista, lá do MIDIC, e não um funcionário do Itamaraty. Então você tem que comer na mão da Rosário ou então convencê-la a licenciar. Aliás, é uma funcionária exemplar. Nada a dizer, absolutamente, dela. Mas ela é dona absoluta do feudo dela. Não se meta lá, senão você pode levar pancada. Então, institucionalmente, está tudo embaralhado. A Receita é outro fator de embaralhamento. Então o Itamaraty não tinha muita simpatia pelo Concex. Eu acho que o Luiz Felipe tentou até sabotar. Eu não tenho certeza, mas... E não consegui. Então, para ele, era útil que eu fosse para a Câmara de Comércio Exterior, para a Camex, porque, pelo menos, ia ter um aliado na Camex e uma pessoa que tinha boa circulação entre os outros ministros. E de fato, a função do secretário executivo era uma função de procurar, encontrar consensos, acomodações; e eu, como secretário da Camex, era procurar o entendimento com o Pedro Malan, procurar o entendimento com o Pedro Parente⁴³, era procurar o entendimento com algum funcionário da Argentina; que nem sempre funcionou. Tivemos brigas com o... Mas isso foi depois. Com o Cavallo⁴⁴. É. Isso já foi 2000.

M. S. – Foi depois. Foi 2001.

J. G. – Não. Cavallo é 2000 já.

M. S. – Não é abril de 2001? Ele fica poucos meses, antes da queda do governo De La Rua⁴⁵.

R. F. – É. Foi segundo semestre de 2001.

J. G. – Cavallo? Foi segundo semestre de 2001? É.

R. C. – O senhor mencionou que o Itamaraty via com certa cautela a Camex por causa da concorrência. Mas com a sua indicação para a Secretaria Executiva, acabou favorecendo a atuação do Itamaraty nessa área ou?... Quais eram os tipos de constrangimentos que o Itamaraty temia com a criação?

J. G. – Não. Acabou, sem dúvida alguma. Procuramos um entendimento com o Itamaraty e funcionou com menos atrito. E além do mais, por inspiração do Clóvis Carvalho, que contratou consultoria daquele professor de Minas, o Falconi⁴⁶, famoso, (conhece, sabe quem é, não é?) que propôs então um programa específico chamado Programa Especial de Exportação (PEE), que ocupou uma boa parte da minha atividade na Camex.

M. S. – O que o PEE fazia, embaixador?

J. G. – A ideia do PEE era articular, nos diversos ministérios, medidas que viessem a promover as exportações brasileiras; no entendimento de que o sistema, como eu estava acabando de descrever, era tão cheio de rigidez e de atritos e de engrenagens enferrujadas, etc., e que o comércio exterior estava sofrendo muito, pela falta de um azeiteamento adequado. E o Programa Especial de Exportação fixou metas, fixou objetivos em vários campos. Tinha toda uma estrutura, que foi bolada pelo Falconi, que é um excelente consultor de gestão, de negócios públicos, e nós tentamos executar; mas

⁴³ Pedro Parente ocupou o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil no período de 1999 a 2003.

⁴⁴ O entrevistado se refere a Domingo Cavallo, que foi ministro da Economia da Argentina durante o governo De La Rua.

⁴⁵ Fernando De La Rúa, presidente da Argentina entre 1999 e 2001.

⁴⁶ O entrevistado se refere a Vicente Falconi.

entre o Itamaraty e a Câmara de Comércio Exterior não houve problema porque não só eu estava na Secretaria Executiva, como também eu contei com outros colegas. Por exemplo, o Rui Pereira foi trabalhar comigo no Programa Especial de Exportação, então tinha um bom entendimento com o Itamaraty. E exportação nunca foi um assunto controvertido dentro do Itamaraty. A tradição da política comercial brasileira no Itamaraty sempre foi de favorecer o comércio exportador brasileiro; não tanto o comércio importador, mas o comércio exportador, sem dúvida. Então isso funcionou bastante bem. Os maiores problemas surgiram, como era de se esperar, com a atitude muito, eu diria, ideológica da Fazenda e do Banco Central, que eram muito avessos a um ativismo da área de promoção de exportação por parte dessa instituição. O Banco Central, por exemplo, matou, com a suave anuência do Pedro Malan, matou o sistema de... O Convênio de Crédito Recíproco, o CCR. Que não sei se vocês sabem o que era.

M. S. – Por quê, embaixador?

J. G. – Porque o Convênio de Crédito Recíproco é um acordo pelo qual os bancos centrais envolvidos, que era Brasil, Argentina... Bancos da América do Sul, aceitavam registrar nas suas contas as vendas de exportação e importação dos países envolvidos, através de um sistema de *clearing*, administrado pelo Banco Central do Peru, em Lima; e uma vez por trimestre, não me lembro bem se era trimestre ou semestre, aí os saldos não compensados eram liquidados em dólar. Mas era preciso dar uma garantia às operações de transação entre eles, então havia embutido um risco comercial, e o Banco Central tinha que assumir. E tinha uma espécie assim de seguro, porque, se houvesse alguma falha no sistema, os bancos centrais cobriam, para dar credibilidade ao sistema. O sistema era de compensação contábil e o acerto só se fazia na diferença de saldo. Isso funcionou por muitos anos muito bem. Houve um ou outro caso de fraude; não foi de deficiência do sistema, foi fraude. Que aliás foi com exportação e importação do Uruguai, e o Banco Central do Uruguai acho que “comeu mosca” e aí surgiu um problema, de fato, houve um prejuízo. Mas não foi decorrente do sistema, foi decorrente de fraude. Todo banco pode ser vítima de um bandido, de uma fraude. No Banco Central era o Gustavo Franco. E quem é que foi antes? Primeiro o Gustavo Franco, depois vem o Armínio⁴⁷, não foi? Então criou-se...

M. S. – O Loyola foi depois do Gustavo Franco, não foi?

R. F. – Eu não me lembro.

M. S. – Entre o Gustavo Franco e o Armínio.

J. G. – Agora eu estou... É impressionante. Muda tanto que é a gente não consegue guardar.

M. S. – Foi o Loyola.

R. F. – O Armínio já estava no ano 2000.

J. G. – Sim. Mas antes...

M. S. – Era o Gustavo Loyola, se eu não me engano. Mas enfim.

J. G. – Em 2000 já era o Armínio, não é?

M. S. – Em finais de 2000.

⁴⁷ Armínio Fraga Neto, presidente do Banco Central durante o governo Fernando Henrique, no período entre março de 1999 e janeiro de 2003.

J. G. – É. Mas essa decisão do Banco Central é anterior. Eles achavam que... E, tecnicamente, é correto – o Banco Central não tem nada a ver com promoção de comércio. Isso é função do governo. Banco Central não é governo. Banco Central é para controlar inflação, fazer política monetária. Então, ele não se conformava de ter que envolver risco ou prejuízo em virtude de operações de comércio exterior. O Banco Central, de fato, há muito anos vem se liberando, e conseguiu, na verdade, se liberar das responsabilidades de fomento. O Banco Central, por muito tempo, foi um organismo de fomento. O que era um equívoco. O mais famoso episódio de fomento do Banco Central são as famosas polonetas, que eu participei ativamente nas discussões [riso] na época, eu assessorava o Delfim na época. Então o Banco Central tomou uma certa ojeriza a ser um órgão de fomento. E era natural. E aí eliminou a... Quer dizer, com apoio do Banco Central da Argentina, que o fazia também por motivos ideológicos, porque o Roque Fernández⁴⁸ e outros ministros, o Cavallo continuou, eles eram contra bancos públicos atuando no comércio e no financiamento; não só o Banco Central não devia se meter nisso, mas não tinha que ter banco público. Coisa que eles, hoje, se arrependem amargamente, porque eles acabaram com o financiamento à indústria; e acabaram com os bancos públicos de fomento na Argentina. Quer dizer, eles foram mais radicais. O Brasil não. O BNDES sempre existiu. Mas o Banco Central... Então o Programa Especial de Exportação acabou falhando. O objetivo era chegar no ano 2002, se não me engano, com cem milhões de dólares de exportação, e nós nunca passamos de sessenta e cinco, se não me engano, no período Fernando Henrique. Depois, por razões de outra natureza, chegamos aí a cento e sessenta, praticamente. Mas...

R. F. – As condições cambiais eram muito difíceis.

J. G. – É. Era uma série de fatores. Mas o fato é que... Enfim, estamos voltando ao ponto de partida do debate, que era - a Camex não era um órgão simpático ao Itamaraty.

M. S. – Certo. E a sua passagem então para a Secretaria Especial, como é que ocorre?

J. G. – Foi numa reunião de Montevideú, em fins de 99... Não.

M. S. – Fim de 2000.

J. G. – 2000. Fim de 2000. Era a presidência uruguaia. Foi aquela reunião de fim de ano da presidência *pro tempore* uruguaia, estavam todos os presidentes lá reunidos; o Mercosul já estava bastante combalido, por confrontos de políticas ou divergências macroeconômicas; os uruguaíes insistiam muito em ter uma secretaria internacional forte, porque a secretaria do Mercosul era meramente administrativa... Aliás, o nome dizia: Secretaria Administrativa. A única tarefa era passar papel da esquerda para a direita, arquivo, não tinha nenhuma atividade substantiva. E os uruguaíes insistiam muito nisso. Essa foi uma discussão que ocorreu nessa reunião em que o Guido di Tella, que era então o ministro das Relações Exteriores argentino, também se associou ao Brasil *contra* qualquer avanço nessa fórmula da Secretaria Administrativa.

M. S. – Por que ele foi contra? Em princípio...

J. G. – Porque tanto o Brasil quanto a Argentina achavam que era uma absurda pretensão uruguaia, de querer meter o bedelho na vida do Brasil e da Argentina. Mas as

⁴⁸ Foi Presidente do Banco Central (1991-1996) e Ministro da Economia da Argentina (1996-1999)

relações nossas com a Argentina estavam muito azedas. Tinha passado a... Cavallo, sim, já estava aí, não estava?

M. S. – Cavallo chega cinco meses depois, em abril de 2001.

J. G. – Quem era? Era o Machinea?

M. S. – Ou era o López Murphy.

J. G. – Não. Esse durou uma semana. Não. Esse foi no finalzinho. [risos]

R. F. – É muito difícil assim.

J. G. – Nós tínhamos um problema sério... Não. Isso foi depois também. Enfim. Aí é uma pergunta, aliás, que eu nunca acabei formulando ao próprio Luiz Felipe, porque foi no meio da reunião. Os presidentes estavam lá falando, o Luiz Felipe se levantou, me chamou para um canto e falou: “Ô Bota, você não quer cuidar, especificamente, de melhorar nosso relacionamento com a Argentina? Você conhece bem o sistema e tal, é muito importante. A minha ideia é propor ao presidente criar uma figura nova aqui, um embaixador especial para a América do Sul, para você só se ocupar de Mercosul mas, sobretudo, dar maior ênfase, tentar administrar essa briga com a Argentina.” “Está bem. Topo.” Eu não sei se ele tinha conversado antes ou se foi uma inspiração de momento. Cada vez que penso, que eu vou conversar com ele, me esqueço. Então daí, tomou a decisão, mas foi uma coisa que deve ter sido meio improvisada, porque não havia nenhum papel, nenhum documento, nada. Aí eu fui a Casa Civil, com o... Esse que foi do Sebrae. Tem nome italiano. Qual é o principal assistente do Clóvis Carvalho? Muito bom. Está circulando por aí. Aí... “Então vamos definir aqui: o que é um embaixador...” Tiramos o DAS do Itamaraty, quer dizer, ficou na conta do Itamaraty, montamos toda a função, que era uma função eminentemente política, de você circular entre os altos funcionários e presidentes. E com o título de embaixador, você tem acesso aos mais altos níveis, então... eu ia conversar com o [Abadia]⁴⁹, ia conversar com o presidente do Paraguai, ia conversar com o presidente da Argentina, que depois... Era o Fernando De La Rúa, depois veio o [Duhalde]⁵⁰. Aí eu já era embaixador lá na Argentina. Durou um ano essa minha... E a razão foi essa, de, aí sim, procurar intervir no mais alto nível da relação com o governo argentino.

M. S. – Quem era o embaixador na Argentina à época?

J. G. – Era o Rego Barros. Não. Começou com o Marcos Azambuja. Mas nessa época, já tinha saído o Marcos, era o Rego Barros. Que...

M. S. – O entendimento era que ele sozinho não daria conta do recado.

J. G. – É. Porque tinha que ter um certo distanciamento e representar mais a opinião dos outros países também, porque... No fundo, eu acho que era isso, era ter mais uma pessoa, com uma certa [inaudível], de fora do território argentino. Porque o embaixador fica muito limitado ao território argentino, não é.

M. S. – Os seus despachos aconteciam com quem, durante esse ano? Com o Luiz Felipe ou com o presidente?

J. G. – Em ambos. Conversei com... Ou com outros ministros. Eu tinha muita... Na verdade, uma boa parte das questões, eu lidava diretamente com o Pedro Malan, na

⁴⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁵⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir. Provavelmente o entrevistado se refere a Eduardo Alberto Duhalde, presidente interino da Argentina de 2002 a 2003.

Casa Civil também. As reuniões internacionais, com o próprio presidente e com Luiz Felipe. Não havia também... Tudo é feito de maneira muito imprecisa, não é.

M. S. – O senhor tinha uma equipe, embaixador?

[FIM DO ARQUIVO DIGITAL 2]

J. G. – Bom. Era uma situação, realmente, muito pouco definida, porque você... Cria-se do nada uma função muito ambígua, porque as funções do embaixador especial para assuntos do Mercosul interferiam na do [Esguia]⁵¹, no subsecretário. Aliás, apesar de você ter boas relações de amizade como quem, na época, cuidava de alguns desses aspectos, que era o que cuida da OMC, o Graça Lima, nós não nos entendíamos profissionalmente, várias vezes, porque eu fazia coisas que o Graça Lima dizia: “Mas isso é da minha competência”. Eu falei: “É, é da sua competência; só que tem que o presidente da República não quer que seja assim, quer que seja assado. Você vai ter que se conformar.” Por exemplo, o Fernando Henrique recebeu, um dia, uma carta... É um episódio até distraído. Recebeu uma carta do Chávez, pedindo que ele fosse, ele, o Fernando Henrique fosse o intermediário junto ao presidente de plantão, não me lembro se era do Uruguai ou Paraguai, para advogar a entrada da Venezuela no Mercosul. E o Fernando Henrique disse: “Então eu vou mandar aí o meu embaixador especial para o Mercosul para conversar com você.” E me mandou, para conversar com o Chávez. O Graça Lima ficou bravo. Isso era assunto da Subsecretaria. E de fato é. Mas, o que é que eu vou fazer? Não vou deixar de cumprir uma solicitação do presidente da República. O ministro das Relações Exteriores está de acordo. Porque, pelo regulamento, essa competência é sua. Então... É um conflito, de fato, não tem solução. A única solução é você se conformar. Essas coisas acontecem no Brasil, como acontecem até hoje.

M. S. – Como foi o encontro com Hugo Chávez?

J. G. – Foi muito curioso. Porque ele me recebeu, eu fui acompanhado do então embaixador lá, que era o Rui Nogueira, e fui recebido sete horas da noite, no gabinete dele, acompanhado do ministro das Relações Exteriores, Rangel e do [Miroslav Kaltaš]⁵², que foi embaixador em Brasília, depois foi assessor lá. E hoje brigou com ele.

M. S. – Sim. Foi para a ONU antes e depois brigou com ele.

J. G. – É. Aí sentamos... Porque o Chávez é um *charmeur*, é muito agradável para conversar e tal; um sujeito... Ele faz toda aquela cara assim, mas conhecendo pessoalmente, é um sujeito muito agradável, esperto, é muito águia. Ele aí disse que ele tinha uma proposta a fazer; e puxou uma carta, já escrita, dirigida ao presidente Fernando Henrique, e na qualidade de intermediário, para que a Venezuela aderisse ao Mercosul político. Vê que a história é antiga. E aí, todas as explicações, não sei o que, enfim, dois parágrafos... Uma carta bem feitinha. Eu falei: “Presidente. Muito bem. Ótima ideia. Só que tem um pequeno detalhe: não existe o Mercosul político.” “Como que não existe Mercosul político?!” “Não. Existe o Mercosul. Que é um acordo de Assunção, Tratado de Assunção. É um instrumento comercial econômico. Agora os membros do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai –, há dois anos atrás,

⁵¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁵² O mais próximo do que foi possível ouvir.

desenvolveram um diálogo político entre eles, porque está visto que, por exemplo, democracia é uma condição importante, que tem que ser respeitada dentro do Mercosul. Há outros temas de cooperação externa, de coordenação de políticas em relação a pobreza, então existe um diálogo político dentro do Mercosul.” Naquele tempo, quem cuidava disso no Itamaraty era o Luis Augusto Castro Neves, que era chefe do Departamento Político, subsecretário. “Mas não existe o Mercosul político. Ou o senhor entra para o Mercosul, que é uma aliança de união aduaneira e acordo de livre comércio, ou não entra.” Ele aí passou um pito no Rangel e no Miros Alcala, que não tinham dito a ele que não existia o Mercosul político. E retirou a carta.

M. S. – Retirou a carta?

J. G. – Tirou, claro. Falei: “Não vou levar uma carta ao presidente... O senhor está me propondo uma coisa que não existe.” Ele ficou bravo com eles, sabe. Mas comigo, não, ficou até muito alegre.

M. S. – E não disse mais nada. Não manifestou intenção de pedir a adesão ao Mercosul...

J. G. – Não. Parou aí.

M. S. – Qual foi a instrução que o presidente lhe deu antes de o senhor partir para Caracas?

J. G. – Nada. Vá lá, converse e veja o que é que ele quer.

M. S. – Veja o que quer. Não se manifestou a favor.

J. G. – Não, não.

M. S. – Interessado em?...

J. G. – Não, não. Mas... Agora o tema, para o Itamaraty e para acho que o presidente, não era novo. O Caldera⁵³, desde 95 ou antes ainda, ele já tinha proposto, inúmeras vezes, que a Venezuela devia entrar no Mercosul.

M. S. – E por que não aconteceu antes?

J. G. – Por principal objeção venezuelana, interna, da Venezuela. Ele, embora presidente, ele não conseguiu convencer, em primeiro lugar, eu acho que o Ministério de Comércio venezuelano, a Confederação da Indústria Venezuelana, que chamam Federal Cámaras... Aliás, outro detalhe curioso. O presidente da Federal Cámaras... Eu tinha, pessoalmente... Aliás, foi com o Dornelles – nós fomos a Caracas uma vez, para tratar de outro assunto, e acabamos encontrando o presidente da Federal Cámaras, e ele disse, claramente, que a indústria venezuelana não estava preparada para sofrer a concorrência brasileira. A Colômbia também. A Colômbia tinha horror de um acordo da Venezuela, porque os colombianos são os principais fornecedores da Venezuela, então... Havia uma objeção do setor privado industrial venezuelano contra. Havia dúvidas da chancelaria venezuelana sobre se haveria ganhos de mudar de orientação, em vez de ficar preso aos Estados Unidos, ficar preso ao Brasil, e o Caldera, por mais que insistisse, não conseguiu convencer a Venezuela a, efetivamente, formalizar a entrada. Nunca conseguiu.

M. S. – O senhor avalia que do ponto de vista do Fernando Henrique havia interesse numa adesão da Venezuela?

⁵³ Rafael Caldera, que governo a Venezuela nos períodos de 1969-1974 e de 1994-1999.

J. G. – Ah, claro que sim.

M. S. – E no caso da Argentina?

J. G. – Naquela época, inclusive, o Chávez ainda não tinha manifestado todas as suas extravagâncias e também...

M. S. – E ainda era frágil internamente, não é?

J. G. – É. E era uma ideia simpática. E tem esse precedente da proposta venezuelana, que o Itamaraty considerava com bons olhos, acho que o Fernando Henrique também, pelos aspectos de petróleo e energia, etc.. E o Chávez, nessa época, era até muito afável, o Fernando Henrique gostava dele. Aliás, na reunião de presidentes do Mercosul, em setembro de 2000, o Chávez teve um papel muito construtivo, muito positivo durante a reunião; sempre, nas intervenções, muito a favor das propostas do Fernando Henrique, nessa reunião de setembro. Além disso, como ele é um relações-públicas, ele levou uma orquestra de jovens venezuelanos, apresentou lá no Itamaraty; orquestra excelente, tocava muito bem música clássica. Houve um período, que foi quando a Venezuela começou a ficar rica por causa do petróleo, eles financiavam, ainda tem hoje, grandes artistas na área musical e na área também de artes plásticas, os venezuelanos são muito fortes. Ele levou, levou cantores, ele mesmo canta, cantou o hino nacional brasileiro... Faz um... Aquele show que, parece, costuma fazer sempre, não é. Mas sempre muito construtivo. E o Fernando Henrique ficou muito satisfeito. Talvez tenha sido o presidente mais mobilizado, fora do Fernando Henrique, na reunião de setembro, tenha sido o Chávez.

M. S. – A Argentina não tinha uma opinião, necessariamente, favorável à adesão da Venezuela naquela época?

J. G. – Não. A Argentina, nesta época e mesmo anterior... Por isso que vale a pena conversar com o Jorge Campbell. A discussão, antes, não era tanto específica sobre a Venezuela, mas era o seguinte: o que é que convém? Alargar horizontalmente o Mercosul ou aprofundá-lo? A Argentina e o Uruguai vinham com muito mais interesse o aprofundamento do que o alargamento.

M. S. – Claro. Para poder amarrar o Brasil.

J. G. – Isso. Paraguai não opinava muito sobre isso.

M. S. – Então, por que di Tella é contra a criação ou ao desenvolvimento de substância da parte de secretaria técnica em Montevidéu?

J. G. – Por que quem?

M. S. – Por que o Guido di Tella era contrário?

J. G. – Ah! Não. Porque naquela época os uruguaios tinham feito uma proposta, apoiada numa consultoria técnica recebida da União Européia, de fazer uma mini Bruxelas, com secretaria remunerada com competência quase que exclusiva em toda a área de comércio e... Era uma adaptação...

M. S. – Excessivamente ambicioso, mesmo para a Argentina.

J. G. – É, certamente. E onerosa. Custava alguns milhões de dólares, porque tinha *staff* próprio, independente. Foi uma coisa assim excessivamente ambiciosa. E o orçamento... Não me lembro quanto, mas era uma fortuna, embora não tivesse, sei lá, os três mil funcionários que tem Bruxelas, não sei quantos tem hoje. De maneira que não havia simpatia de ninguém. O Luiz Felipe Lampreia era até um pouco mordaz demais,

ele quase que debochava da proposta uruguaia. Ele teve dificuldade, porque ele falava com muita... Não sei se você já o viu zangado.

M. S. – Não. Nunca. Não tive oportunidade.

J. G. – É. Ele pode chegar a ser até grosseiro. O Guido não, era mais brincalhão e tal. Mas, mesmo assim, os dois estavam muito alinhados nesse ponto. Porque era uma ideia estapafúrdia. Era uma ideia estapafúrdia. Então, resolveram matá-la. Havia um funcionário, que ainda funciona até hoje, da Secretaria Administrativa, Manolo... Não. Acho que ele aposentou-se. Era um gordão, sabe, muito simpático, uruguaio antigo. E o Guido di Tella dizia: “Imagines, estamos todos los presidentes aquí e viene un gordo a circular por nosotros a decirnos o que tenemos que hacer.” [risos] Ele se inspirou no Manolo. Todo mundo riu, porque... Coitado, Manolo não tem culpa nenhuma nisso. Mas o Guido era muito alegre, espirituoso, era um sujeito engraçado. Mas esta era a razão. Foi uma reação a uma proposta fora de propósito do Uruguai.

M. S. – Ou seja, a avaliação, já na década de 2000, no comecinho, que se fazia, em Brasília, do Chávez era uma avaliação relativamente benigna.

J. G. – Certamente. Certamente. Eu tive muita simpatia por ele também. Havia, e acho que até hoje esse pedaço da análise é válido, as elites dirigentes venezuelanas, nos últimos trinta anos, têm se manifestado um desastre, não é. É um país que sofre, como nenhum outro talvez, da maldição do petróleo, porque ele não tem nenhum dos pretextos que você pode atribuir ao árabe pelo fracasso político, porque não tem nenhum constrangimento cultural difícil; porque os árabes têm dificuldades políticas, toda a estrutura tribal; é um país ocidental, digamos assim, a Venezuela; é um país cristão, latino-americano, então não tem nenhuma condição que dissesse bom, ele não progride porque tem esses obstáculos culturais e... Não tem nenhum. Uma população dirigente razoavelmente instruída, embora muita pobreza, mas... E sentada numa montanha de dinheiro, não é. São uns dos fundadores da OPEP⁵⁴. Como é o nome do?... Pérez. Um dos fundadores da OPEP. Era o ministro da Hidrocarbono da Venezuela. Pérez não sei o quê. A Venezuela é um dos fundadores da OPEP. E tão encantados eles estavam com a riqueza do petróleo, (é um detalhe que muita gente esquece) a OPEP comunicou oficialmente ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano que eles se graduavam (é o único exemplo de autograduação que eu conheço) e que, a partir daquele momento, eles não iam mais participar como tomadores de recursos nessas instituições, e sim como provedores de recursos.

M. S. – Isso foi em que ano, embaixador?

J. G. – Deve ter sido ainda nos anos 60, 70. Isso eu não me lembro exatamente. Foi quando começaram a aumentar as receitas de petróleo. E, de lá para cá, a Venezuela não progrediu nada, não é, em matéria de auto-sustentabilidade. Então, essa proposta do Chávez, de modernizar, de acabar com a corrupção, de reformar politicamente, etc., ela é simpática. E foi simpática. Apenas ele agregou isso a esses delírios antiamericanos e chavistas e bolivarianos, que ninguém entende... E falta de senso. Ele é um insensato.

M. S. – Embaixador, nesse período ocorre a transição da gestão Lampreia para a gestão Lafer, no Itamaraty, o senhor ainda está na Secretaria Especial. Como foi essa transição para o senhor?

⁵⁴ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

J. G. – Acho que foi decepcionante. Mais uma vez, eu separei a relação pessoal da relação profissional. O Celso é uma pessoa encantadora, uma inteligência privilegiada, um homem muito educado, enfim, é impossível você brigar com o Celso Lafer; mas não é um operador eficiente, eu acho, não é dinâmico. E eu acho que ele perdeu um pouco o controle sobre as diversas áreas do Itamaraty, sobretudo na área comercial e econômica, que é a que eu acompanhava mais de perto. Eu que, por exemplo, as negociações do Brasil na ALCA perderam qualidade no tempo do Celso Lafer.

M. S. – Quem era a pessoa do Itamaraty que tomava conta de ALCA nesse momento?

J. G. – Houve várias. Um dos problemas eu acho que foi esse. Mas houve um momento em que as reuniões eram entregues a um rapaz, chama-se Alcides Prates, (está de embaixador em algum lugar aí, agora) e o Alcides tinha um gênio muito difícil, reconhecidamente. Tem folclore sobre atitudes dele, belicosas. E brigava com muita gente dentro da delegação do governo, brigava com os próprios colegas do Itamaraty, brigava com a Rosário... Aí é condenar-se à morte. Brigava com a Rosário... [risos] é assinar o seu próprio óbito. [risos] E perdeu-se toda a ascendência que tinha sobre os outros países do Mercosul. Nos custou muito. E eu, particularmente, me empenhei muito, o Rui⁵⁵ me ajudou muito nisso, o Rui Pereira, a definir-se que o Brasil devia... Quer dizer, o Mercosul devia aparecer como um bloco único e uma só voz nas reuniões da ALCA. O Alcides e outros que estiveram lá, acho que não foi o único, perderam isso. Então, o Brasil falava, a Argentina falava, nem sempre coincidiu o que o Brasil e o que a Argentina falavam. Deixaram perplexos os americanos e os outros. Mas o que é isso? E o Mercosul? Até, depois, eu posso fazer algum parêntese para explicar como é que ocorreu essa unificação do Mercosul, que não foi uma questão dada, não, foi uma questão construída, na ALCA. As divergências com os outros países andinos aumentaram. Daí terem surgido essas forças centrífugas que levaram à...

M. S. – Implosão.

J. G. – À implosão e acordo da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos. O Chile não, porque já, desde aquela época, o Chile já vinha defendendo essa... O Chile foi coerente nessa... Perdeu-se muito da sinergia e da coordenação de uma posição comum dos latinos frente aos Estados Unidos. Eu acho que o Celso fracassou nessas áreas. Não por antiamericanismo, pelo contrário, talvez seja até mais simpático do que outros, mas porque não geriu bem.

M. S. – À época da decisão da sucessão do Luiz Felipe Lampreia, tinha algum outro nome em óbvio, que estava na agenda do presidente? Uma alternativa ao nome do Lafer?

J. G. – Que eu saiba, não. Acho que foi uma coisa assim muito *smooth*. Acho que ele... Da mesma maneira que o Dornelles negociou a substituição dele, eu acho que o Felipe deve ter feito a mesma coisa, negociou a substituição com o Fernando Henrique, de maneira que foi uma coisa assim quase que imediata, automática. Que eu me lembre, não havia nenhum candidato assim, que tivesse tido sequer tido tempo de se preparar para isso. O Luiz Felipe estava muito bem, tinha toda a confiança do Fernando Henrique, ele poderia ter ficado mais tempo. Eu acho que ele foi até muito esperto em sair antes do... Quer dizer, saiu assim... *en beauté*, não é. [riso]

⁵⁵ O entrevistado se refere ao português Rui Carlos Pereira, Ministro da Administração Interna.

R. F. – O senhor poderia complementar essa questão da unificação do Mercosul, da voz do Mercosul, como é que foi esse processo?

J. G. – Tem até um episódio interessante. Como eu te disse, nas primeiras reuniões, uma ou duas foram nos Estados Unidos, ainda muito preliminares, de organização da maneira de negociar, da tecnologia de negociação e dos temas. A primeira, eu te falei, chamou *All Nations Meeting*. Depois, se não me falha a memória, houve uma segunda reunião, acho que em Washington, e havia uma terceira, a ter lugar na Colômbia, em Bogotá. E o entendimento que nós tínhamos acordado nessa penúltima reunião, anterior à de Bogotá, era de que a agenda fosse submetida aos membros da reunião, Brasil, Mercosul, etc., Uruguai, Paraguai, enfim, todos os outros, os americanos, que houvesse uma troca de e-mails, etc., para coordenar uma agenda comum. E os americanos não cumpriram o negociado. Eles fizeram um acordo em separado com a Colômbia, que sempre foi muito disposta a ouvir aos americanos, já por causa do conflito da guerrilha e tudo. Então nós recebemos, assim, com cinco dias de antecedência, o programa da reunião. A data não foi discutida, é de comum acordo, uma reunião em Caracas, a agenda foi feita pelos americanos e pelos colombianos. Isso provocou muita irritação, no Itamaraty e a mim, em particular, mas o Luiz Felipe também ficou aborrecido, e nós aí tomamos uma atitude - muito pouco comum nossa, comunicamos que não íamos à reunião, íamos boicotar. E o Mercosul boicotou a reunião. Todos os países. Por pedido brasileiro, nem Argentina nem Uruguai, Paraguai, então a reunião foi um fracasso. Uma reunião preparatória, ainda no início, sem a presença de quase a metade da América do Sul, não fazia... Os colombianos ficaram muito contrariados, houve queixas dos americanos, nunca tinha ocorrido isso. Mas o fato, mantivemos o nosso boicote. A solução então foi chamar uma outra reunião, em Cartagena, um mês depois, não me lembro bem agora. Aí sim, fizeram tudo nos conforme. E fomos, então, a Cartagena. Uma bela sala lá. E, como nas reuniões anteriores, eles dispunham as bandeirinhas dos países por ordem alfabética, e na ordem alfabética do alfabeto americano. E assim puseram lá em Cartagena. E nós já tínhamos mencionado na reunião anterior, nos Estados Unidos, de que achávamos que o Mercosul devia falar por uma voz única. Engraçado que os outros países não gostavam da ideia. Que não era uma reunião do Mercosul e dos outros, era uma reunião de todos os países individualmente. Os americanos não gostavam da ideia e os andinos também não gostavam da ideia. Cada um queria aparecer como representando o seu país. Mas nós nos coordenamos entre nós, no Mercosul, e decidimos entre nós que o Mercosul falaria sempre pela boca da presidência *pro tempore*. Se fosse argentina, seria Argentina, se fosse brasileira, Brasil. Nessa reunião de Cartagena, a presidência era brasileira. Então nós comunicamos isso na primeira reunião, na parte da manhã, mas todo mundo sentado separadamente: o Brasil aqui, a Argentina lá... Agora, não me lembro bem qual é a ordem que... Mas estávamos dispersos. Isso foi na parte da manhã. Nós comunicamos que íamos falar por uma só voz, representando o Mercosul. Houve reclamações, mas, enfim, não tinha muito jeito. No intervalo do almoço, aí o Rui e eu entramos na sala e trocamos a posição das bandeirinhas. [risos] E pusemos os quatro países juntos, Brasil no meio, Argentina, Paraguai, Uruguai. Quer dizer que, quando a reunião começou, estavam lá os quatro sentados juntos. E comunicamos, daqui por diante ia ser assim. Não adiantava reclamar. Foi interessante porque o representante do México, que era um gordão, Solis, era do Departamento de Negociações Comerciais do México – lá, é separado da Chancelaria. Era muito esperto. Hoje, ele já deixou o governo, eu acho. Era muito alegre, brincalhão, dinâmico e era gordão, então nós chamávamos ele de Sargento Garcia. [risos] O Solis falou: “Então eu vou mudar. Eu estou muito perto aqui dos

Estados Unidos, não quero sentar aqui perto, não. Vou mudar.” [risos] E mudou-se, e foi sentar perto da delegação do Panamá, que era chefiada... Chefiada não, mas tinha lá uma delegada, que era uma menina muito bonitinha, sentou-se ao lado da menina do Panamá. E, pouco a pouco, foram se rearrumando. E os andinos acabaram também sentando juntos. Mas nunca chegaram a se manifestar através de um porta-voz. Que é uma coisa curiosa. Porque, institucionalmente, o grupo andino é muito mais compacto...

M. S. – Profundo, inclusive, institucionalmente.

J. G. – Profundo e supranacional do que...

M. S. – Do que o Mercosul.

J. G. – Mas, nas reuniões da ALCA, havia sempre diversidade de manifestações. Peru, Bolívia, Venezuela, Equador falavam de vozes diferentes.

M. S. – Como é que o grupo dos quatro do Mercosul compunham o jogo então, antes de entrar na reunião? Sentavam juntos, mas conversavam antes.

J. G. – Sempre. Nós tínhamos sempre consultas, no Mercosul, anterior. A cada item da agenda, nós nos reuníamos...

M. S. – Sempre os quatro. Ou o senhor, antes, conversava com o seu colega argentino e...

J. G. – Sempre os quatro. Não. Sempre os quatro. Bom, claro que tinha também conversas individuais. Mas a reunião que formalizava a posição do Mercosul era decidida entre os quatro. Quando surgia um problema novo, a gente saía, interrompia a reunião, os quatro do Mercosul iam para uma sala, discutiam, definiam a posição comum...

M. S. – O senhor se sentia tranquilo nessa posição?

J. G. – Certamente.

M. S. – E os pequenos também?

J. G. – Sempre. A mesma coisa ocorria quando era o do Uruguai ou o argentino. Ele era o porta-voz. A gente não abria a boca. Quem falava era o uruguaio ou o argentino.

R. C. – Então, nesse processo de construção da unidade, até antes do Lafer, o Mercosul teve relativo sucesso em conseguir unificar as posições e falar como voz única.

J. G. – Certamente.

R. C. – Não teve momentos de grandes dificuldades, onde isso não foi possível?

R. F. – Mesmo com as crises entre Brasil e Argentina, não era afetada nesse campo da ALCA.

J. G. – Sempre. Nesse ponto, sempre conseguimos. Até 97, que é um ponto importante, quando houve a reunião ministerial da ALCA em Belo Horizonte; que foi uma reunião importante, porque foi onde, praticamente, se definiu o modo de procedimento e agenda para as etapas posteriores, finais. A Charlene Barshefsky era o USTR⁵⁶. A ata da reunião de 97, ela é muito interessante, porque ela estabelece todos

⁵⁶ United States Trade Representative.

os pré-condicionamentos, todas as condições para aprovação. Ela continua tão válida quanto hoje. A Charlene procurou bombardear esse resultado, ela, inclusive, desautorizou acordos que o Peter Allgeier tinha feito. Uma coisa... Eu achei que ele estava demitido. Porque ele fez vários entendimentos conosco etc. Quando a Charlene chegou, não estava de acordo com nada daquilo. “Ih!... Coitado do Peter, vai rodar”. Mas acabou que não rodou. Vê que, também nos Estados Unidos, existem essas divergências. Mas aí o Luiz Felipe teve uma ideia, que, na época, foi muito engenhosa, quase mágico, um truque genial, digamos assim, e que depois se perdeu, que foi a ideia que, na fase final da negociação, a presidência da negociação era dividida entre os Estados Unidos e o Brasil. Porque aí ele pensou... E a Charlene gostou da ideia. E os presidentes, consultados... bom, Fernando Henrique foi consultado, suponho que o Clinton também tenha sido. E a ideia era que, justamente, estando o Brasil e os Estados Unidos co-dividindo a presidência da ALCA, você teria condições de acertar todas as dificuldades. Mas eu acho que aí, pelas razões que eu acabo de descrever, que a coisa perdeu a coerência e a... Acho que o Itamaraty...

M. S. – O que a Argentina achou dessa proposta?

J. G. – Não. Toparam. Na época, toparam, não houve nenhuma manifestação.

M. S. – Embaixador, vamos falar um pouco da sua nomeação para a embaixada em Buenos Aires. Como é que acontece?

J. G. – Bom. Eu estava exercendo essa função de embaixador especial para o Mercosul e estava acumulando algumas frustrações. Uma parte dessas frustrações, boa parte, era em função da questão das salvaguardas que os argentinos insistiam em que o Brasil aceitasse as salvaguardas, em função dos desequilíbrios na balança comercial. Eu fiz várias análises com meus colaboradores e, na verdade, cheguei à conclusão (acho que continua válido até hoje) de que, embora não pudesse negar o impacto da desvalorização de 99, o efeito dela sobre o comércio bilateral era muito menor do que alegado pelos argentinos, pela própria natureza da relação bilateral. E era fácil de entender, porque se você pegar, por exemplo, o total do comércio bilateral, que tinha um terço, aproximadamente, representada pelo comércio automotivo: compra e venda de veículos. O acordo bilateral, ou melhor, o acordo Mercosul – mas era quase bilateral, Brasil e Argentina – não era um acordo de livre comércio, era uma exceção. O livre comércio tinha duas exceções: o acordo automotivo e a cana-de-açúcar, que nunca entrou. Mas a cana-de-açúcar tem um valor muito irrelevante, em cifras, no comércio. O açúcar, melhor dizendo. O que regulamentava o acordo bilateral eram regras de importação e exportação fixadas por empresas, que eram subsidiadas, as mesmas empresas – era a Ford do Brasil, Ford da Argentina, a GM do Brasil... – então o câmbio não tinha a menor relevância. O que o Brasil vendia para a Argentina, a Argentina vendia para o Brasil se compensavam por regras mecânicas, e não pelo preço dos produtos. Então, um terço do comércio já caía fora da desvalorização cambial. O Brasil comprava petróleo e comprava trigo da Argentina, que fazia o grosso das importações brasileiras. O câmbio aí não tinha a menor relevância, porque o Brasil era dependente dos dois, continuaria comprando, com qualquer que fosse o câmbio. Porque não era da Argentina, é do mundo. O Brasil era importador líquido de petróleo na época, mais que hoje, que não é. Evidentemente, em alguns segmentos das nossas exportações, a fragilidade argentina era evidente: calçados, tecidos e outros produtos, que já tinha sido parte do regime de exceção e da... Como é que chama? Adequação, regime de adequação do Mercosul. Bom. A conclusão é de que, apesar de ter sido uma desvalorização brutal, não é isso que explicava o déficit da balança comercial. Portanto,

não cabia uma cláusula de salvaguarda que fosse calcada na relação de câmbio entre real e peso. Mas os argentinos insistiam muito nessa tese. Quando chegou o Cavallo, ele agravou. Ele, primeiro, veio aqui ao Brasil, teve uma reunião, um café da manhã lá no Itamaraty, o Seixas Corrêa, que era então o secretário-geral, e eu... Bambino era o embaixador em Buenos Aires – nós redigimos uma nota para discutir com o Cavallo condições para prosseguir no diálogo; mas, como pré-condição, que a Argentina não introduzisse nenhuma restrição às exportações brasileiras; e que os problemas que viessem a ocorrer poderiam ser resolvidos através de conversações bilaterais.

M. S. – O Pedro Malan estava de acordo com essa nota e presente à reunião.

J. G. – O Pedro Malan estava presente, Celso Lafer estava presente. E havia outros empresários argentinos; e, além do Celso, era o Seixas Corrêa e eu do lado brasileiro. Talvez tivesse mais algum. Não me lembro. E o Cavallo deu um não total. Não só ele disse que não, como ele, depois, anunciou à imprensa de que ele, se fosse necessário, ele ia criar todas as dificuldades possíveis à entrada de produtos brasileiros. Ele teve, pelo menos, essa coerência de ter anunciado que tinha essa intenção. Mas, no café da manhã, ele rejeitou esses condicionamentos. E para minha surpresa, o Pedro, se não concordou, pelo menos não objetou. O que me deixou muito intrigado até hoje. Mas eu interpreto o seguinte. A fragilidade da situação econômica brasileira já era grande e da situação financeira brasileira era grande, e acho que o Pedro não queria marola, não queria confusão, ele pagava qualquer preço para não explicitar um conflito com a Argentina. Além do mais, ele achava – ele mesmo, Pedro, me falou mais de uma vez – que poderia, amanhã, ocorrer o contrário, (inclusive, o que está acontecendo hoje) e que o real se valorizasse tanto em relação ao peso que aí nós poderíamos usar a cláusula de salvaguarda. [risos] E não sei se foi excesso de adivinhação dele... [risos] Mas era uma coisa que não tinha nenhuma cabida. Mas eu fiquei e o Seixas [também] muito decepcionados com a atitude passiva diante das pretensões do Cavallo. O Celso também, que não entra em bola dividida, ele sempre quer acomodar as coisas, acabou aceitando uma discussão sobre cláusulas de salvaguardas. E ficou marcado, não me lembro se foi um mês ou quase um mês depois, uma reunião, em São Paulo, onde tema era a salvaguarda. Eu alertei, várias vezes, que o Brasil, o Itamaraty nunca deveria aceitar essa discussão, porque não ia dar certo, ia dar errado. Mas o Celso aceitou. Nessa altura, se não me engano o ministro de Indústria e Comércio era o Sérgio Amaral. E do Desenvolvimento. E fizeram uma reunião, para a qual eu não fui convidado, em São Paulo, e da qual resultou um texto em que o Brasil e a Argentina concordavam em discutir salvaguardas - não cambiais, discutir salvaguardas -, para fazer frente ao desequilíbrio na balança comercial. E Celso Lafer disse: “inspirado nas regras da OMC”. Que era uma ressalva, aparentemente, válida, mas que não era eficaz, não era factível. Eu fiquei muito decepcionado. Achei que foi um erro, não por que estava cedendo à Argentina, porque não ia dar certo; tinha certeza absoluta que você não conseguiria traduzir operacionalmente aquele acordo, que era um acordo político. E não deu outra. Marcou-se uma reunião para... Sei lá, semanas depois, em Buenos Aires, onde então deveríamos escrever e concretar o mecanismo de funcionamento dessa cláusula. Aí tivemos reunião com Cavallo, eu fui dirigindo a delegação brasileira, e naquele tempo, a secretária de Indústria e Comércio era a Débora George, que hoje é ministra de Indústria e Comércio da província de Buenos Aires. Fiquei muito amigo dela. Mas é a Argentina mais tradicional e não antibrasileira, mas temerosa do Brasil. É uma boa pessoa, mas uma cabeça meio intervencionista e nacionalista. Que, na verdade, era uma cláusula cambial, porque o mecanismo de disparo do processo era complicadíssimo. Tinha que calcular a diferença... Quando a diferença de câmbio

ultrapasse tantos por cento, aí... Não sei o quê... Combinava com outras... Enfim, uma parafernália. Nem me lembro de cor. Mas no fundo, no fundo, era... Dizia assim: cada vez que o câmbio for desfavorável à Argentina, restringem-se as exportações brasileiras. E estávamos nessa discussão lá em Buenos Aires, a imprensa toda seguindo... E não avançava, a reunião não avançava. A própria Débora acabou confessando que era uma cláusula cambial. E os funcionários do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, que não gostavam da Débora George, porque achavam que ela estava se metendo onde não devia, brigaram, na minha frente. Foi uma briga tremenda. Enquanto corria tudo isso, não sei se ela ligou para o Cavallo e fez um relato, o Cavallo chama a imprensa, lá em Buenos Aires, e faz um ataque violento à política comercial brasileira e, praticamente, declara guerra comercial ao Brasil. As negociações ainda estavam ocorrendo. Nós terminamos a reunião e tomamos conhecimento, pela televisão, das declarações do Cavallo. Que é outro insensato, completamente... Aí, eu fui lá ao Bambino e falei: “Não dá para continuar com isso. Vamos ligar para o Itamaraty.” Ligamos para o Celso, o Celso ficou alarmado, o Fernando Henrique tomou conhecimento e falou: “Então interrompa e venha, imediatamente, de volta.” E me deu instruções para anunciar que estavam rompidas as negociações, pelas declarações inaceitáveis do Cavallo. Quer dizer, ocorreu exatamente o que eu tinha previsto, que não ia se traduzir em real o entendimento. Mas isso criou um certo desânimo meu em relação... Com o Pedro Malan também, porque o Pedro parecia concordar com todos os argumentos que eu falava sobre a pouca influência que a desvalorização cambial tinha tido no comércio bilateral. Não na economia. Na economia, realmente, a Argentina saía mais perdendo. No comércio bilateral. E eu cheguei um dia a conversar com o Celso de que estava achando que essa minha atividade não estava rendendo, que eu estava dando murro em ponta de faca. E isso coincidiu, a diferença é de dias, com a decisão do Rego Barros de deixar a embaixada em Buenos Aires.

M. S. – Que foi motivada por quê?

J. G. – Aí tem uma outra história complicada também mas... Não digo motivada, mas disparada, o mecanismo disparatório foi a briga do Celso com o Samuel sobre as declarações que o Samuel fazia, continuamente, a respeito da ALCA. E o Celso, depois, (o que a imprensa chamou de mordça) o demitiu da presidência do IPRE e disse que ele não estava autorizado a falar em nome do governo brasileiro. Toda a imprensa de esquerda ficou muito contrariada, e o Celso foi muito criticado por eles. Coisa que ele tinha toda razão. Acho que o Celso tinha razão. Mas ele, na época, a imprensa foi contra ele. O Sebastião do Rego Barros tinha um ministro conselheiro que resolveu tomar as dores do Samuel e mandou um e-mail para um amigo dele aqui no Brasil, em que fazia uma severa crítica ao Celso Lafer. Mas por alguma razão, não sei se intencional ou não, ele tirou cópia desse e-mail, distribuiu para muita gente, então o e-mail tornou-se público; e deixou o Celso muito contrariado, contrariado com o Bambino, que achava que o Bambino tinha sido em parte responsável por essa reação do ministro. Enfim, a coisa... O Rego Barros tinha tido também um problema de saúde; tinha tido um... Não sei se foi uma taquicardia, uma coisa qualquer que o deixou assustado. Não foi nada grave, não, mas, na época, parece que ele teve um desmaio, uma coisa assim. O fato é que ele pediu para ir embora. Então, essa vacância de Buenos Aires aconteceu, praticamente, no mesmo momento em que eu me dirigi ao Celso Lafer para manifestar o meu descontentamento pela falta de eficácia das minhas ações, sobretudo, nessa área de relação comercial com a Argentina. Aí o Celso: “Então, por que você não vai para Buenos Aires?” [riso] Se não tivesse surgido isso, talvez eu tivesse antecipado a minha aposentadoria e saído naquela época. Mas aí aceitei, de bom

grado, porque era uma experiência... Da qual não me arrependo, aliás. Foi um período extremamente interessante e... Mas no fundo foi *meio* ocasional, porque eu não estava prevendo, nem o Rego Barros, que ele ia sair, nem eu estava sabendo dessa briga ou desse desentendimento. Não chegou a ser briga.

M. S. – Como é que Buenos Aires recebeu a sua nomeação?

J. G. – O lado argentino?

M. S. – O lado argentino.

J. G. – Não podia ter sido melhor.

M. S. – Inclusive o Cavallo?

J. G. – Não. O Cavallo, a essa altura, já estava... Já tinha galopado. [riso]

M. S. – Não. O Cavallo, a essa altura, já está longe, claro. Perdão. Longíssimo. Estamos falando de que mês de 2002?

J. G. – Praticamente... Novembro, outubro? Não. 2001.

M. S. – De 2001. Ou seja, um mês e meio antes da crise estourar.

J. G. – É. O ministro das Relações Exteriores era o Giavarini⁵⁷, o presidente, De La Rúa. Eu era muito conhecido em Buenos Aires, não só como embaixador especial para o Mercosul, mas como subsecretário, a Camex mesmo, e como sempre fui muito pró-integracionista e pró-Argentina nesse sentido, por ser integracionista, eu tinha e ainda tenho muito prestígio em Buenos Aires; e também com a imprensa. Eu conversava muito com a imprensa argentina. E defendia com muito vigor as posições brasileiras, que eu achava que eram corretas, mas sempre num discurso que não era anti-argentino, mas integracionista. O máximo de crítica, se é que eu posso chamar crítica, que a imprensa argentina apresentava era a seguinte: falta ao San Martín um Botafogo argentino para defender os nossos interesses como ele defende os deles, do Brasil. Mas sempre fui muito bem tratado pela imprensa, sem dúvida, os elogios, os adjetivos todos, era assim... Estou falando sem nenhuma modéstia, porque era assim, uma personalidade única, me tratavam quase... Um dia, um jornal falou assim: “Acaba de llegar el mítico embajador”... Já era mítico.

R. F. – Por que uma certa cautela? Parece que o governo brasileiro, antes de anunciar o nome do senhor, teve várias consultas com os argentinos.

J. G. – Não. Pelo contrário. Não. Em primeiro lugar, tem uma norma, que é comum, do *agreement*, do *agrément*, que eles dizem em francês; e o que o Celso fez, uma vez que me convidou e eu aceitei, ele telefonou para o Giavarini e disse que... Antes de mandar um telegrama; que, normalmente, a chancelaria manda um telegrama: “estou com a intenção de nomear seu fulano de tal. Gostaria de...”. Aí o cara diz sim ou não. Dependendo do país, a resposta pode vir imediata ou demorada. Em alguns países, esse telegrama é submetido a um conselho de ministros ou a um conselho tal. A França, por exemplo, nunca responde na hora, porque tem que ter uma reunião do conselho para decidir. Mas entre a Argentina e outros países a resposta depende só do presidente da República. Então o Celso ligou para o Adalberto e falou: “Estou com a intenção de nomear o Botafogo. O que você acha?” Ele aí falou: “Um minutinho, porque eu estou

⁵⁷ O entrevistado se refere a Adalberto Rodríguez Giavarini, chanceler argentino durante o governo De La Rúa.

aqui, despachando com o De La Rúa, e já vou pedir a opinião dele.” E, um segundo depois, ele falou: “Está muito feliz. Pode dizer que está dada.” Eu acho que é recorde. Nunca foi tão rápido um *agrément* dado. Deve ter levado cinco segundos entre a pergunta e a resposta. Depois, o telegrama seguiu, etc.. Mas não houve nenhuma cautela, pelo contrário. Ele gostava muito de mim, o De La Rúa.

M. S. – Por que?

J. G. – Por essas razões. Porque ele via da minha sinceridade, da minha autenticidade de postulação integracionista, sempre... Isso, sinceramente, até hoje, eu acho que o Brasil tem muito a ganhar nessa relação com a Argentina. Nunca perdeu. Eu nunca vi nada que prejudicasse o Brasil em todo esse relacionamento. Ainda que, muitas vezes, o argentino é chorão, é reclamão, etc., ou é pretensioso, mas, se você espremer tudo isso, o Brasil sempre ganhou ou tirou proveito – legítimo - de sua relação com a Argentina. O meu conhecimento com o De La Rúa começou, curiosamente, quando ele era candidato à presidência e ele decidiu fazer uma viagem ao Brasil de promoção da sua candidatura. E ele veio ao Itamaraty e veio acompanhado de vários funcionários do governo argentino, da chancelaria e também de uma assessora, que é muito conhecida, a Beatriz Nofal. E veio me ver na minha sala, que eu era subsecretário; e eu fiquei muito impressionado que ele não abriu a boca. Eu não sei se você já teve contato algum. É um fenômeno curiosíssimo porque... Alguns dizem que ele tem um comportamento quase de um autista, que foi o comportamento que ele teve durante a crise. Não fala, não faz nada, não toma providência. E embora estivesse ali para defender a candidatura dele ou para explicar, na realidade, quem falou foi a Beatriz, e ele ficou calado. Foi muito bem tratado no Brasil, etc.. Depois, inúmeras vezes que eu ia, ele sempre me tratava com muita deferência. De maneira que me respondeu com muita simpatia. Acontece que quando eu cheguei a Buenos Aires, já tinha mudado tudo, entre o ok que ele deu telefonicamente e a minha chegada, que foi em 9 de janeiro de 2002, já era o Duhalde. Agora, para você ter uma ideia do meu bom conceito na Argentina. Bom. Caiu De La Rúa. Aí houve uma sucessão de presidentes. Durava vinte e quatro horas etc.. Até que acertaram a posse do Duhalde. A primeira providência que o Duhalde fez foi mandar o então vice-presidente Ruckauf⁵⁸ ao Brasil, a Brasília, para fazer um relato ao ministro das Relações Exteriores, ao presidente etc. da situação. E tivemos uma reunião com Fernando Henrique no Palácio. Eu já indicado embaixador. Já estava me preparando para sair, quando o Ruckauf, que eu já conhecia, falou: “Botafogo. Posso fazer uma sugestão?”. “Qual é?”. “Venha comigo de avião e toma posse de imediato.” Falei: “Não. Mas eu tenho que apresentar credenciais” “Não. Eu vou providenciar, no avião, de você chegar, ir direto para a Casa Rosada apresentar credenciais ao Duhalde.” E assim foi feito. Perdi a cerimônia... Porque, normalmente, quando o embaixador apresenta credenciais, tem um desfile, tem... Em Londres é carruagem, é não sei o que e tal. Lá era uma cavalaria que acompanha, etc.. Mas ele falou: “Não, não vai dar tempo de fazer nada disso porque... – era janeiro, e... falou - todos todos os cavalos estão de férias.” [risos] Os cavalos estavam de férias do regimento de... Como é que chamava? Os carabineiros, sei lá. Então... Mas, exatamente, ocorreu isso.

M. S. – Dos gendarmes.

⁵⁸ Carlos Federico Ruckauf.

J. G. – É, a gendarmeria. Peguei o avião com o Ruckauf, desembarquei ali no aeroparque, foi o tempo de passar pela residência e trocar de roupa, e fui ao Duhalde e apresentei credenciais. Então eu fui formalmente embaixador no primeiro dia que eu cheguei. E aí passei dois anos e meio, e durante todo o período de crise. Mas isso podemos conversar nas perguntas que você quiser formular depois. Se é que tem alguma antes.

[FINAL DO DEPOIMENTO]